



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA

SARA FRANCISCA CORRÊA DIAS RAMOS

**IMPASSES SOCIAIS NA RESEX IPAÚ-ANILZINHO:** o mapeamento participativo  
como ferramenta de apoio à reconstrução do plano de manejo

BELÉM  
2020

SARA FRANCISCA CORRÊA DIAS RAMOS

**IMPASSES SOCIAIS NA RESEX IPAÚ-ANILZINHO: o mapeamento participativo  
como ferramenta de apoio à reconstrução do plano de manejo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção de título de Mestre Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões.  
Coorientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

BELÉM

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

R175i Ramos, Sara Francisca Corrêa Dias  
**Impasses sociais na resex Ipaú-Anilzinho:** o mapeamento participativo como ferramenta de apoio à reconstrução do Plano de Manejo / Sara Francisca Corrêa Dias Ramos. — 2020.  
112 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões  
Coorientador(a): Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.  
1. RESEX. 2. Cartografia social. 3. Plano de Manejo. I. Título.

---

CDD 300.722

SARA FRANCISCA CORRÊA DIAS RAMOS

**IMPASSES SOCIAIS NA RESEX IPAÚ-ANILZINHO: o mapeamento participativo  
como ferramenta de apoio à reconstrução do plano de manejo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção de título de Mestre Profissional.

Data: 28 / 02 / 2020

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões  
(PPGEDAM/NUMA/UFPA – Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Almeida Flores  
(PPGEDAM/NUMA/UFPA – Examinadora Interna)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Voyner Ravena Canete  
(PPGSA/UFPA – Examinadora Externa)

BELÉM  
2020

**Dedico a DEUS**, o criador do universo, fonte de minhas forças e Fé.

**Aos** meus filhos **Davi e Priscila**, por vocês aguentei firme diante dos inúmeros momentos em que a angústia e o medo me abatiam e me faziam pensar em desistir, mas segui, pois eu queria que minha conquista fosse o reflexo para as conquistas de vocês no amanhã.

**A minha mãe** Aurineide e ao meu **pai Procópio Ramos** (in memória) pois imagino que ir além foi um orgulho aos dois.

**Aos comunitários da RESEX Ipaú-Anilzinho**, por me concederem a confiança e disponibilidade em somar nesta construção. Sem vocês não seria possível!

## AGRADECIMENTOS

**Primeiramente agradeço ao meu bom DEUS**, maravilhoso e ser fundamental para que eu pudesse chegar até aqui. Percorri etapas da qual somente ele conhecia meu oculto e foi capaz de me fortalecer.

**Agradeço aos meus filhos**, pelos momentos de compreensão quando inúmeras vezes eu precisei de tempo para dedicar ao Mestrado, tempo este desde a seleção, para que assim eu ingressasse na Turma de 2018 do PPGEDAM.

**Agradeço a minha mãe**, pelo apoio financeiro e preocupação em como eu iria residir na Capital, para cumprir as disciplinas do curso, além de me impulsionar a aguentar firme.

**Ao meu pai** (in memória), pela certeza do orgulho em ver sua filha ir mais além, inspirada na sua honestidade e batalha.

**Aos meus irmãos Sayro e Sandy**, por compreenderem a minha missão.

**Ao Emano**, pai dos meus filhos, amigo que segurou firme e estendeu suas mãos no momento em que mais precisei, pois foi pai e mãe dos meninos quando eu não pude ser e estar.

**A minha ex-cunhada Darcilene**, amiga irmã, por zelar pelos meus filhos, uma das torcedoras desde o início por minha missão, enxugou minhas lágrimas inúmeras vezes, as de angústias e de alegrias.

**Ao meu orientador**, Prof<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup> Aquiles Simões por seus pontos de vista e direcionamentos desta construção. Ao meu coorientador Prof<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Gilberto de Miranda Rocha, pois me motivava com suas palavras gentis, elucidadas com suas experiências profissionais.

**Aos sujeitos da pesquisa**, os comunitários da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, minha gratidão!

**Aos servidores do ICMBIO** na pessoa do Rodrigo Figueiredo pelas informações prestadas a esta pesquisa e a Lucélia Moraes, esta por todo incentivo, disponibilidade em compartilhar o saber, e apoio sempre com muito carinho e profissionalismo.

**A família Ferreira**, de Joana Peres (Aroca e Jango) pelo acolhimento junto com seus filhos em todas as minhas incursões para o trabalho de campo, em especial ao Danrlei Ferreira e Romário Ferreira.

**Ao coletivo de mulheres da UMMB**, da qual eu faço parte e juntas levantamos a bandeira de luta por conquistas de mais direitos, dignidade, liberdade e empoderamento social a cada uma de nós, mulheres baionenses ou não. Destacando minha amiga e mulher de inspiração Liduina Aarts, da qual tenho certeza o quanto acreditou e torceu por mim.

**Ao meu partido de esquerda, PT**, originário das trincheiras de luta, construído a partir dos anseios de dias melhores para o povo, para a classe trabalhadora, para o povo humilde, da qual milito com orgulho, contribuindo com minha força e vontade de ver melhores dias a todos.

**Ao meu amigo especial Clementino**, que foi a pessoa a aceitar a ir comigo na minha primeira incursão de campo, na RESEX.

**A Rosaly Moreira**, sempre me estendendo a mão amiga.

**A Eliana Couto**, essa que sempre acreditou que minha conquista seria possível.

**A todos os demais amigos e conterrâneos** que compreendiam a trajetória que eu estava percorrendo.

**Ao Programa de Pós-Graduação** em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA. Aos meus professores que ministraram as disciplinas obrigatórias e optativas, essenciais para o meu crescimento e desenvolvimento acadêmico, em especial meu orientador e coorientador, em especial também a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Voyner Canete, Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Mário Vasconcelos e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Socorro Flores, pelos acréscimos de contribuição a este trabalho.

**Ao querido e profissional Daniel Sombra**, por me ouvir e ceder todas as informações necessárias para que eu pudesse iniciar e realizar o mapeamento para a construção da Cartografia (meu produto final de pesquisa) da Resex, assim como a Carla Lorena e Marcilene Sarges.

**A turma de 2018**, sinônimo de amizade, compreensão e companheirismo. Em especial alguns amigos: Roberto, Igor, Milene e Karina, estes fazendo a diferença em muitos momentos que precisei. Ainda assim de amigas de curso para a vida, das quais vou querer sempre revê-las, abraçá-las e sorrir, como fazíamos sempre nas nossas reuniões de estudo: Evellyn, Waldilene e Alana.

**A você Michel**, por ter compreendido tudo que me fazia sofrer, e mesmo assim escolheu está ao meu lado como convicção de que as minhas qualidades valiam muito mais do que minhas inseguranças, medos e defeitos.

**A todos meus amigos** que aqui não citei mais que no meu íntimo eu sei que sempre estiveram comigo emanando energias positivas.

“No começo pensei que estivesse lutando para salvar as seringueiras. Depois pensei que estava lutando para salvar a floresta Amazônica. Agora percebo que estou lutando pela humanidade. Se descesse um enviado dos céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta, até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então eu quero viver.”

(Chico Mendes)

## RESUMO

O presente estudo teve como objeto a gestão da RESEX Ipaú-Anilzinho. Dessa formulação buscou-se responder quais os impasses quanto a criação e implementação do Plano de Manejo como mecanismo necessário ao funcionamento da reserva? Partindo disso, buscou-se entender a atuação, posicionamento, visão dos atores e ex-atores do Conselho Gestor da RESEX e a construção de um produto cartográfico para auxiliá-los nas dificuldades e conflitos que retardam essa construção. A metodologia foi produzida por entrevista semi-estruturada, estudo de caso, análise de conteúdo, documental e cartografia social. Então, da imersão na realidade dos atores construiu-se um mapa cartográfico com 7 (sete) comunidades, 1(uma) a mais pós a criação da RESEX que identificou apenas 6 (seis), tomado como instrumento de registro dos impasses e as dificuldades que se atêm por busca de reordenamento territorial por comunidade quilombola, disputas sobre as áreas de uso comum, de resolução a espaços restringidos por grandes fazendas, venda ilegal de propriedades, etc. que configura conteúdo ao plano de manejo.

**Palavras-Chave:** RESEX. Cartografia Social. Plano de Manejo.

## **ABSTRACT**

This study aimed to manage the RESEX Ipaú-Anilzinho. From this formulation, we sought to answer what are the impasses regarding the creation and implementation of the Management Plan as a necessary mechanism for the functioning of the reserve? Based on that, we sought to understand the performance, positioning, vision of the actors and former actors of the RESEX Management Council and the construction of a cartographic product to assist them in the difficulties and conflicts that delay this construction. The methodology was produced by semi-structured interview, case study, content analysis, documentary and social cartography. Then, from the immersion in the reality of the actors, a cartographic map was built with 7 (seven) communities, 1 (one) more after the creation of RESEX, which identified only 6 (six), taken as an instrument to record the impasses and difficulties that focus on the search for territorial reordering by the quilombola community, disputes over areas of common use, resolution of spaces restricted by large farms, illegal sale of properties, etc. that configures content to the management plan.

**Keywords:** RESEX. Social Cartography. Management Plan.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Croqui produzido pelas comunidades da RESEX .....	75
Figura 2 - Atividade de construção de croqui da comunidade Joana Peres, realizada em 21/05/2019 .....	81
Figura 3 - Atividade de construção de croqui da comunidade Fé em Deus, realizada em 28/05/2019 .....	84
Figura 4 - Atividade de construção de croqui na comunidade Espírito Santo, realizada em 28/05/2019.....	87
Figura 5 - Atividade de construção de croqui na comunidade de Anilzinho ocorrida no dia 29 /05/2019 .....	89
Figura 6 - Momento de explanação sobre a construção do croqui na comunidade Santa Rosa ocorrida no dia 24/10/2019. ....	91
Figura 7 - Registro da frente da comunidade de Xininga feita em 16/11/2019. ....	93

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da RESEX Ipaú-Anilzinho – Baião/PA .....	27
Mapa 2 – Cartografia Social – RESEX – Ipaú Anilzinho.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS

AMPAJOP: Associação dos Moradores e Produtores e Agricultores de Joana Peres  
ASSORIANORTE: Associação dos Moradores e Mini Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú- Anilzinho do Polo Norte das Comunidades de Joana Peres e Xininga.  
ASTRUL: Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Lucas  
ATAEPAVA: Associação dos Trabalhadores Agro-Extrativistas e Pescadores Artesanais da Vila de Anilzinho  
ATREPREA: Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Extrativistas, Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista do Anilzinho.  
CCDRU: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso  
CCJP: Comissão Comunitária de Joana Peres  
CD: Conselho Deliberativo  
CEB'S: Comunidades Eclesiais de Bases  
CNS: Conselho Nacional dos Seringueiros  
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CR: Coordenação Regional  
ELETRONORTE: Centrais Elétricas do Norte do Brasil  
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBIO: Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade  
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEAF: Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares  
ITERPA: Instituto de Terras do Pará  
LARC: Laboratório de Análises Ambiental e Representação Cartográfica  
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terras  
NCADR: Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.  
NUMA: Núcleo de Meio Ambiente  
ONGs: Organizações Não Governamentais  
PAE: Projeto de Assentamento Extrativista  
PMB: Prefeitura Municipal de Baião  
PPG-7: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil  
PPGEDAM: Programa de Pós-Graduação de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia

RESEX: Reservas Extrativistas

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETUR-PA: Secretaria de Turismo do Estado do Pará

SISNAMA: Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOBAB: Sociedade Beneficente dos Agricultores de Baião

STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UC: Unidade de Conservação

UFPA: Universidade Federal do Pará

UHT: Usina Hidrelétrica de Tucuruí

UMMB: União das Mulheres do Município de Baião

UPI: Unidade de Proteção Integral

UUS: Unidade de Uso Sustentável

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1.1</b>	<b>Metodologia da pesquisa</b> .....	<b>28</b>
1.1.1	Caracterização da pesquisa e percursos construtivos .....	29
1.1.2	Abordagem investigativa: o Estudo de Caso .....	29
1.1.3	Fase exploratória.....	32
1.1.4	Técnicas e instrumentos de produção de dados.....	33
1.1.5	Análise de Conteúdo e documental .....	35
1.1.6	Gestão e o Conselho Deliberativo da RESEX Ipaú-Anilzinho .....	37
1.1.7	Os atores do Estudo.....	38
<b>2</b>	<b>OS REBATIMENTOS PARA A GESTÃO DA RESERVA: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL</b> .....	<b>43</b>
<b>2.1</b>	<b>RESEX: campo de participação social</b> .....	<b>47</b>
<b>2.2</b>	<b>Aspectos do ambiente social na reserva</b> .....	<b>49</b>
<b>2.3</b>	<b>Participação Social uma condição democrática</b> .....	<b>52</b>
<b>2.4</b>	<b>Amazônia Tocantina: particularidade socioambiental</b> .....	<b>54</b>
<b>3</b>	<b>O CASO DO CONSELHO GESTOR: GESTÃO SOCIAL DA RESERVA E A PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS</b> .....	<b>59</b>
<b>3.1</b>	<b>Particularidades do caso: o Plano de Manejo, contradições histórico-ambientais para gestão da RESEX</b> .....	<b>65</b>
<b>3.2</b>	<b>Caso do conselho em discussão: impressão dos atores</b> .....	<b>69</b>
<b>3.3</b>	<b>A Cartografia Social como produto da pesquisa</b> .....	<b>73</b>
<b>3.4</b>	<b>Desenvolvimento das Atividades</b> .....	<b>78</b>
3.4.1	Mapeamento Participativo da Comunidade Joana Peres .....	79
3.4.1.1	Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Joana Peres .....	81
3.4.2	Mapeamento Participativo da Comunidade Fé em Deus .....	82
3.4.2.1	Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Fé em Deus .....	84
3.4.3	Mapeamento Participativo da Comunidade Espírito Santo .....	84
3.4.4	Mapeamento Participativo da Comunidade de Anilzinho .....	87
3.4.4.1	Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Anilzinho.....	89
3.4.5	Mapeamento Participativo da Comunidade de Santa Rosa .....	90
3.4.6	Mapeamento Participativo da Comunidade de Xininga.....	92
3.4.6.1	Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Xininga .....	93
3.4.7	Mapeamento comunicativo da Comunidade de Lucas.....	94
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>96</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>99</b>

<b>APÊNDICE A - CARTOGRAFIA SOCIAL – RESEX – IPAÚ ANILZINHO</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO A - ESTRUTURA DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO</b> .....	<b>109</b>
<b>ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO</b> .....	<b>111</b>
<b>ANEXO D- AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA A ATIVIDADE CIENTÍFICA NA RESEX</b> .....	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa constitui-se a partir da gestão da Reserva Extrativista Ipaú - Anilzinho, município de Baião/Pará que objetivou entender a atuação, posicionamento, visão dos atores e ex-atores do Conselho Gestor da RESEX em vista as dificuldades da construção do plano de manejo e à solução dos conflitos socioambientais nesta unidade.

Considerou-se a necessidade do desvelamento das causas dos permanentes impasses que dificultam o processo de gestão comunitária visando desenvolvimento local e a construção de ações sob dinâmica de atuação de comunidades tradicionais e não tradicionais pertencentes à área de RESEX atrelada ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC).

Historicamente a partir da década de 1880, na região amazônica, a exploração da borracha era uma das principais atividades produtivas, de um lado os trabalhadores extrativistas do leite da seringa e de outro os grandes proprietários de terras e latifundiários que detinham o poder político e econômico com este produto.

A borracha foi o principal produto da região Amazônica desde 1880 e perdurou até meados do século XX, ou seja, foi o fenômeno socioeconômico mais expressivo, com uma enorme importância para a economia e o desenvolvimento regional amazônico. Pois, o extrativismo da borracha natural servia como matéria prima e objetivava suprir a indústria automobilística que representava, naquele período, o principal produto das economias industrializadas. A exploração da borracha é dividida em dois ciclos, o 1º de 1880 à 1910 e o 2º de 1940 à 1960.

O “boom da borracha” no 1º ciclo e toda a sua importância econômica foi interrompida pelos seringais plantados na Ásia, ocasionando expressivas consequências sociais e econômicas para a região e marcando um período de retrocesso e estagnação para toda a região Amazônica.

A década de 40 marca o 2º ciclo da borracha na Amazônia impulsionada pelos acontecimentos de guerra, marcado pelo episódio em que o Japão ataca a base militar americana de Pearl Harbour, resultando na entrada dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial. É relevante mencionar que a Inglaterra era aliada aos Estados Unidos e o bloqueio da borracha asiática provocada pelo Japão prejudicou os dois países, que logo incentivou a retomada da produção da borracha em território amazônico, pois

ambos necessitavam da borracha natural para suprir suas demandas industriais e de guerra.

Em tempos de guerra, no cenário amazônico, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, nos anos de 1930 à 1945, foi criado o mito do “Soldado da Borracha”, uma figura simbólica carregada de significados abstratos para os imigrantes, pois para esses homens a fantasia psicológica os inseria dentro do campo de batalha, fazendo-os acreditar que realmente eram um grande exército lutando pela vitória dos aliados. Nesse sentido, Getúlio Vargas desenvolveu o Programa de Colonização da Amazônia sob a campanha “Marcha para o Oeste” que incentivava a ocupação da Amazônia e que objetivava e justificava a vinda de nordestinos para a Amazônia a fim de engrossar o contingente de trabalhadores dentro do seringal, isto é, de “soldados da borracha”.

Concomitante aos acontecimentos de guerra, o governo brasileiro enfrentava uma crise social agrária e regional (seca) na região nordeste, e para solucionar tal problemática o governo viu na Amazônia a solução, ou seja, o “El dourado”. Com isso, incentivou e efetuou a migração de nordestinos para trabalharem na extração do látex (matéria prima da borracha), haja vista que, a Amazônia “[...] desde os fins dos anos 80 do século XIX este território serve de um vasto depósito de almas disponíveis ao trabalho manual e com a terra” (SILVA, 2015 p.14).

A política de ocupação de Vargas (1930-1945/1950-1954) e Kubitschek (1956-1961) será norteadas a partir da ideia e propaganda de um imenso vazio demográfico que deveria ser ocupado e colonizado, com a retórica de que era necessário ocupá-la para defendê-la e torna-la mais lucrativa. Com isso, as ações externas do Estado aceleraram a ocupação da região Amazônica, com o objetivo de atender os interesses econômicos e, por conseguinte, transformar a região em exportadora de matéria prima. Nesse sentido, Becker & Stenner (2008), diz que,

O povoamento da região amazônica deu-se somente com a Revolução Industrial, que promoveu o ‘Ciclo da borracha’ entre 1840 e 1920. Foi a grande transformação na economia-mundo, com sua inovação científico-tecnológica constituída pela energia, que revolucionou a economia e o modo de vida na Amazônia. A partir do segundo e terceiro quartéis do século XX, acelerou-se sobremaneira o passo do processo de ocupação regional, marcado pelo planejamento governamental com a formação na economia e no território. (BECKER & STENNER, 2008, p. 150).

Essa problemática ficou muito latente no momento em que o governo brasileiro constituiu um plano de integração e desenvolvimento da Amazônia com as

demais regiões. A produção de borracha para exportação, a ocupação dos espaços territoriais e a saída para a seca que assolava algumas áreas do sertão nordestino sob iniciativa do governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Nesse contexto, a ocupação na Região Amazônica se intensificou no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o discurso de integração da região com as outras áreas do Brasil e a política de ampliação da malha rodoviária com a abertura de estradas, rodovias e o porto de Vila do Conde para escoação do minério vindo das jazidas minerais. (SILVA, 2004; ALLEGRETTI, 2002), dessa forma, Kubitschek buscava consolidar o projeto social, político e de desenvolvimento do governo baseado na construção da infraestrutura e nos planos de incentivo à economia e à integração da região, assim como a modernização e integração nacional. Nesse sentido, o governo desenvolvimentista criou diferentes políticas públicas que tinham como objetivo o desenvolvimento do país com base na industrialização. Dessa forma, se configurava a integração territorial e o sistema produtivo do país. (BEMERGUY, et al, 2012).

Somente no governo de Juscelino Kubitschek, calcado na “Energia e Transporte” e em “Cinqüenta Anos em Cinco”, ações efetivas afetaram a região, através da implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas grandes pinças contornando a fímbria da floresta. A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960, e de modo acelerado a partir de então. (BECKER, 2006, p. 25).

Os anos 70 irá marcar a implementação de políticas de desenvolvimento para a região com o incentivo direto da pecuária e ao avanço na fronteira agrícola em detrimento do extrativismo da borracha, desse modo, surgem novas formas de organização social, econômica, produtiva e do espaço amazônico.

Na década de 70, os seringueiros principalmente no estado do Acre, noroeste do Brasil, começam a se construir enquanto movimento organizativo e se apresentam na arena social e política (ALLEGRETTI, 2008). Cavalcanti (2002) afirma que as organizações sindicais se tornaram o principal espaço de reivindicações de direitos sociais unidos ao apoio de organizações não governamentais-ONGs, intelectuais, igreja católica e movimentos ambientalistas que foram responsáveis na reafirmação da identidade extrativista dos diferentes povos na Amazônia.

Gradativamente vai se consolidando uma proposição identitária com uma proposta de proteção jurídica que possibilitou o uso da terra para a subsistência e a

construção de propriedade de uso coletivo que em síntese procurou dar continuidade a antigos espaços comunitários sendo gerido sob decisões dos próprios moradores com vista a manutenção da materialidade da vida e das famílias.

Como nos afirma Allegretti (2008, 2002), esse ideário não foi construído de forma pacífica, tampouco em comum acordo – pois, a Amazônia sempre esteve sob ameaça constante do capital financeiro que se consolida com a implantação de grandes projetos desenvolvimentista regional que com o lema de produção de empregos, geração de renda e desenvolvimento social, explorou, explora e produz mazelas que acompanham a ocupação e produção para o mercado como se encontra neste cenário os impactos com as hidrelétricas, extração da floresta, etc.

Essas políticas culminam em expulsão de milhares de trabalhadores rurais do campo, invasão de grileiros e latifundiários que se instalam na região causando fortes impactos de degradação dos recursos naturais, sem nenhuma proteção estatal, caso dos seringueiros que foram expulsos para periferia das cidades e a floresta foi sendo derrubada (ALLEGRETTI, 2008).

Nesse momento, conflitos passaram a serem instaurados, por um lado grande parte dos trabalhadores se submetiam ao trabalho nas fazendas na instalação da agropecuária, enquanto outros buscavam resistir ao processo de desmatamento e extração das madeiras. Com a omissão ou tutela implícita por parte do poder público, em determinado período se tornou inconcebível aceitar de forma individual o processo de “desenvolvimento” da região (PEREZ, 2017).

A partir do ano de 1975, os primeiros sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais começam a serem organizados, tendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB'S) grande importância nesse processo de organização, Wilson Pinheiro e Chico Mendes, foram os principais líderes sindicais e ambientalistas que lutaram veemente contra os grandes fazendeiros e latifundiários pela defesa das terras e das populações que dela sobreviviam.

As ações empreendidas pelos sindicatos surtiram efeitos, grande massa dos trabalhadores organizados realizava ações que impediam o desmatamento de área de florestas e expulsão de trabalhadores das terras, as formas de intimidação eram cada vez menos fluentes (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Devido ao processo de mobilização e conscientização política realizado pelos sindicatos e a igreja católica, as medidas adotadas pelos grandes donos de área de

terras chegaram ao extremo, a perseguição passou então a ter outro alvo, como a eliminação das lideranças sindicais, caso do assassinato de Wilson Pinheiro em 1980 na cidade de Brasiléia localizada na região sul do estado do Acre (ALLEGRETTI, 2008).

Pós o fato, a luta dos seringueiros se concentra em Chico Mendes que, “levaram-no a refletir sobre a necessidade de organizar uma base social mais forte para o movimento contra os desmatamentos” (ALLEGRETTI, 2008, p. 46). Com expansão do movimento dos seringueiros, ocorreu em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros no ano de 1985, neste ato é gestado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) fruto da grande luta dessas populações.

A Amazônia entra em destaque no cenário nacional e internacional no debate pela preservação e uso sustentável das populações e bioma, Chico Mendes torna-se referência e após várias incursões de organização social e política, articula um grupo de trabalho que visa discutir os princípios da utilização da terra para a sobrevivência como espaço de subsistência. Diversas lideranças indígenas participaram ativamente deste debate, pois a reforma agrária seria uma alternativa viável para garantir o direito dessas populações. Nasce neste momento a proposição de se criar reservas extrativistas como meio de proteção de diversas comunidades rurais.

Consolidou-se então, a ideia de garantir o uso da terra em concomitante articulação com os modelos produtivos agroecológicos. Fato este que permitiu maior fundamentação para a criação das reservas extrativistas, ou seja, uma outra via de reforma agrária que se diferenciava das ações do INCRA que dividia a terra por lotes.

O protagonismo dos seringueiros da Amazônia se consolidou como um dos maiores movimentos ambientais da região, pois a pauta desses grupos sociais ia em direção contrária a política colonialista empregada pelos setores monopolistas da época. O que se projetava dentro do movimento era o uso para suprir as necessidades reais de vida e não para a produção de lucro e exploração desordenada dos recursos naturais. Os pontos centrais da luta dos seringueiros passam a ser o Social, Legal, Econômico e Ambiental são as matrizes que fundam uma ideia que forja as bases reais de sobrevivência e garantia de direito à terra e ao modelo de produção da vida em consonância com o uso responsável dos recursos naturais, (ALLEGRETTI, 1989).

A partir da consolidação do CNS e a formação do grupo de trabalho, a via de resposta da pauta dos seringueiros partiu do INCRA com a consolidação do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), criado pela portaria nº 627, de 30 de julho de

1987. Essa forma de assentamento especial do INCRA contrapunha as ações de divisão por lote e atendeu as demandas regionais dos seringueiros, (ALLEGRETTI, 2002).

Os conflitos por terras permaneceram latentes, Chico Mendes se tornou referência mundial na defesa da natureza e das populações da Amazônia e por sua popularidade e respeito dos diversos setores da sociedade o ambientalista tornou-se alvo de assassinato em 1988 deixando um legado de resistência para as populações dos rios e das florestas.

Juridicamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a inclusão por meio da Lei nº 7.804/1989 autoriza a criação de Reservas Extrativistas dentro da Política Nacional de Meio Ambiente que no ano seguinte por força do Decreto Presidencial nº 98.863 de 23 de janeiro de 1990 é criada a primeira RESEX do Brasil, a Reserva Extrativista Alto Juruá no Estado do Acre com 506.186 ha (quinhentos e seis mil, cento e oitenta e seis hectares).

Em caráter internacional as ações multilaterais no Brasil para a área de preservação do meio ambiente se deu por meio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7)<sup>1</sup> por meio do Financiamento do Banco Mundial com contrapartida do Estado brasileiro, o programa visou promover o desenvolvimento de pesquisas, assistência técnica, e ações de proteção ambiental na região Amazônica e da Mata Atlântica.

No ano de 1992 em Rio Branco no Acre acontece o III Encontro Nacional dos Seringueiros, a pauta é voltada para a autonomia do movimento haja vista a crise do Governo Collor e as dúvidas de como se daria a participação do movimento no PPG-7, pois, o documento não deixava claro quem seriam as entidades representativas da sociedade civil no regime de cooperação do projeto.

Para Cunha (2010), as expectativas de fortalecimento das pautas de criação das RESEX não foram consolidadas. Para os trabalhadores a preocupação girava na necessidade de avaliar esse tipo de financiamento que deveria se pautar em ações contra-hegemônica à mercantilização da vida, do trabalho e da cultura camponesa, pois o mesmo vai de encontro à lógica do capital, principalmente quando se tratar de

---

<sup>1</sup> Proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990. Foi aprovado pelo G-7 e pela Comissão Europeia em dezembro de 1991. Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, o programa foi oficialmente lançado no Brasil (KOHLHEPP, 2018).

políticas públicas, onde o ente financiador tem ligações em um dos braços do neoliberalismo que é a parceria Público-Privado e que levava os trabalhadores a repensar as necessidades de outras estratégias para cumprir com o objetivo central de criação das RESEX.

Neste campo de disputa as Reservas Extrativistas por força da Lei 9.985/2000, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC foram incorporadas na categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável<sup>2</sup> e de acordo com seu art. 18 em seu parágrafo 1º da lei, estas ficando sob o domínio público, com uso concedido as suas populações extrativistas tradicionais conforme dispõe seu art.23 da referida lei.

Neste momento, o Estado brasileiro juridicamente ordenou todas as unidades de conservação, categorizando-as e definindo seus mecanismos de gestão. Nas RESEX's foram incorporados a criação dos Conselhos Deliberativos, Plano de Manejo e a Chefia da Unidade como elementos que devem auxiliar a gestão compartilhada dessas áreas.

Na região do Baixo Tocantins, registra-se a presença da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, no município de Baião no Estado do Pará, criada pelo decreto s/n de 14 de junho de 2005, inserida em uma região que secularmente viveu e vive intensos conflitos por terra. Os municípios que hoje compõe a região do Tocantins eram distribuídos em duas comarcas: Cameté e Igarapé Miri. O regime de distribuição de terras no século XIX era concedido via o processo de Sesmaria, que eram terras não cultivadas ou abandonadas. Geralmente os produtores dessas áreas utilizavam mão-de-obra escrava e indígena nas lavouras de cacau, cana-de-açúcar e arroz. A região ainda possui inúmeros povoados remanescentes de quilombolas que foram fugidos para as matas formando pequenos povoados.

Com o golpe de 1964 houve, também, reconfigurações desse território com arena de disputas registrada em 2 (dois) grandes acontecimentos, “a Cabanagem, revolução ocorrida no século XIX, e o movimento de resistência conhecido como Anilzinho, anos 1970, quando o país ainda vivia num processo de ditadura militar” (ALMEIDA, 2010, p. 294).

---

<sup>2</sup> As Unidades de Conservação de Uso Sustentável procuram compatibilizar o uso sustentável dos recursos naturais com a conservação da natureza, por isso admitem a presença de moradores nos locais. Nestas unidades de conservação, são permitidas atividades que envolvam coleta e uso dos recursos naturais, desde que ocorram de forma responsável, não exaurindo os recursos ambientais e prejudicando os processos ecológicos.

O movimento do Anilzinho ocorreu no município de Baião em áreas que hoje encontra-se a RESEX Ipaú-Anilzinho. Uma região de imensos castanhais localizados em terras públicas que se tornaram de uso dos povos que habitavam o espaço sob o Decreto Estadual de nº 3.691/61 e por determinação do governo as famílias passaram a ter o direito de extrair a madeira, a coletar as castanhas, e os demais frutos da área, inclusive exercer atividades pesqueiras como meio de subsistência (SILVA, 2016).

Com a acessão da política do governo federal em povoar a região houve a destituição das áreas de castanhais sob a Lei nº 3.641/66 que provocou um clima tenso entre as populações. Segundo Silva (2016, p. 14), antes dos posseiros ocuparem a área, a autora afirma que “os antigos donos das terras e dos castanhais de Baião eram os índios Assurinís, que chegaram a matar em defesa desse patrimônio”.

Figueiredo (2014) e Procópio (2015), afirmam que a partir da década de 50 o município de Baião se destacava como um dos maiores polos comerciais das drogas do sertão e produtos extraídos das águas e florestas, no entanto, o espaço possuía povoados indígenas, e no campo de disputa pela terra diversos conflitos ocorreram entre os Assurinís e os moradores no período de 1940 e 1970, de acordo com os registros históricos “anteriormente à colonização portuguesa já existia nessa região índios de diversas etnias que utilizavam a fauna e flora local para sua própria sobrevivência” (FIGUEIREDO, 2014, p. 35).

Na dinâmica histórica, segundo Silva (2016), os relatórios da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), registram que o fluxo de imigrantes nos fins dos anos de 1970, era intenso, pois, às práticas de agropecuária estavam sendo incentivadas no Estado. Os conflitos de terras existiam tanto entre os posseiros locais, quanto pelos que migravam para a região.

De modo geral, Costa e Rocha (2017) registram que o governo militar propagava a ideia de que a Amazônia seria um espaço desabitado, imbricados com os anúncios de vendas, de riqueza fácil, e ainda na oferta de incentivos fiscais, fazendo com que terras devolutas pelo discurso da segurança nacional fossem incorporadas ao patrimônio da união, 100 (cem) quilômetros de terras do Estado, por meio do Decreto de nº 1.164/71, que conseqüentemente culminou com o aumento do clima de tensão entre grandes latifundiários e as populações locais.

Com o avanço das políticas desenvolvimentistas houve a Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí- UHT que deveria abastecer o complexo Albrás-Alunorte

na Vila do Conde em Barcarena. Segundo Costa e Rocha (2017, p. 48), com o projeto energético e a barragem das águas “a lógica econômica impera e produz um novo espaço com uma nova reorganização dos seus objetos (recursos e espaço)”, ainda mais, os conflitos se intensificaram com a abertura da Rodovia Transcarnatã entre os anos de 1982 a 1985.

Com a dinâmica de reordenamento territorial, Costa e Rocha (2017, p. 53) registram que os projetos desenvolvimentistas econômicos, “permitiram que novos atores sociais se instalassem na região, e não somente isso, que trouxessem consigo suas experiências próprias, conflitos e intencionalidades frente ao uso do território”

Para Silva (2016), desde os anos de 1975, a população de Joana Peres e Anilzinho enfrentavam perseguições pela impossibilidade de utilizar os caminhos que davam acesso às áreas de castanhais, ou os igarapés para a prática da pesca, pois os grandes fazendeiros e grileiros, impediam o acesso dos moradores.

A efervescência pela posse das terras na Região Tocantina, culminou nos anos de 1980 no movimento conhecido como, “A Lei Anilzinho: A lei do Posseiro” (SILVA, 2016, p. 65), que produziu encontros anuais para propor ações de resistência, espaço de denúncias, debates e formação de trabalhadores rurais, tendo forte apoio dos setores progressistas da igreja católica por meio das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

O fator de resistência se fundamentava nas fortes ameaças sofridas pelos moradores da região, com o forte índice de grilagem e expulsão das terras sob ameaça dos fazendeiros que queimavam suas benfeitorias, ameaçavam mulheres e crianças, inclusive assassinatos de líderes comunitários, Silva (2016, p. 72) registra que os moradores “não acreditavam mais nas autoridades municipais e nem nas estaduais”. Restando, portanto, a organização dos trabalhadores.

Segundo Moraes (2016) o movimento da “Lei do Anilzinho”, foi a forma que os trabalhadores encontraram para defender o uso da terra, para esses sujeitos a terra era condicionante de vida e pela vida eles lutariam. É nesta perspectiva de defender suas terras, impedir a grilagem por parte dos fazendeiros, o desmatamento ocasionado pela formação de grandes pastos, as derrubadas da floresta para comercialização de madeira, que os moradores da comunidade do Anilzinho, caracterizada como povoado remanescente de quilombolas inicia o debate de construção de uma proposta de área de proteção ambiental.

Confirmando com os relatos dos comunitários de Anilzinho, nesta pesquisa, reafirmaram que no ano de 2001, encaminharam ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA, a reivindicação de criar em suas terras, uma RESEX.

Figueiredo (2014, p. 21) afirma que o movimento a partir da “luta pela permanência na terra tradicionalmente ocupada encontraria ecos de maior expressão com a criação da RESEX Ipaú-Anilzinho”.

Na mobilização inicial da comunidade do Anilzinho, a comissão do IBAMA que procedeu estudos técnicos para criação da área ambiental disse não ser suficiente o espaço analisado, no primeiro momento “essa área seguiria do rio Ipaú ao rio Anilzinho, englobando apenas as terras do grupo de moradores de Anilzinho. Em um segundo momento, subindo o rio Anilzinho, essa área passaria englobar as terras dos moradores de Joana Peres” (FIGUEIREDO, 2014, p. 22).

Apesar de o processo levar alguns anos para ser consolidado, criou-se a RESEX Ipaú-Anilzinho no ano de 2005, composta pelas comunidades de Joana Peres, Anilzinho, Lucas, Xininga, Fé em Deus e Espírito Santo, com área de abrangência com 56.816 hectares de terra. Registra-se neste, que as áreas da Comunidade de Joana Peres, não foram incluídas em sua totalidade dentro da RESEX. Ficando boa parte das terras de Joana Peres fora da área da Reserva Extrativista.

Bem como não foi registrado como comunidade o povoado de Santa Rosa, este que se configurou antes da criação da RESEX, através de doações de terras por parte da comunidade de Anilzinho, segundo informações dos próprios moradores.

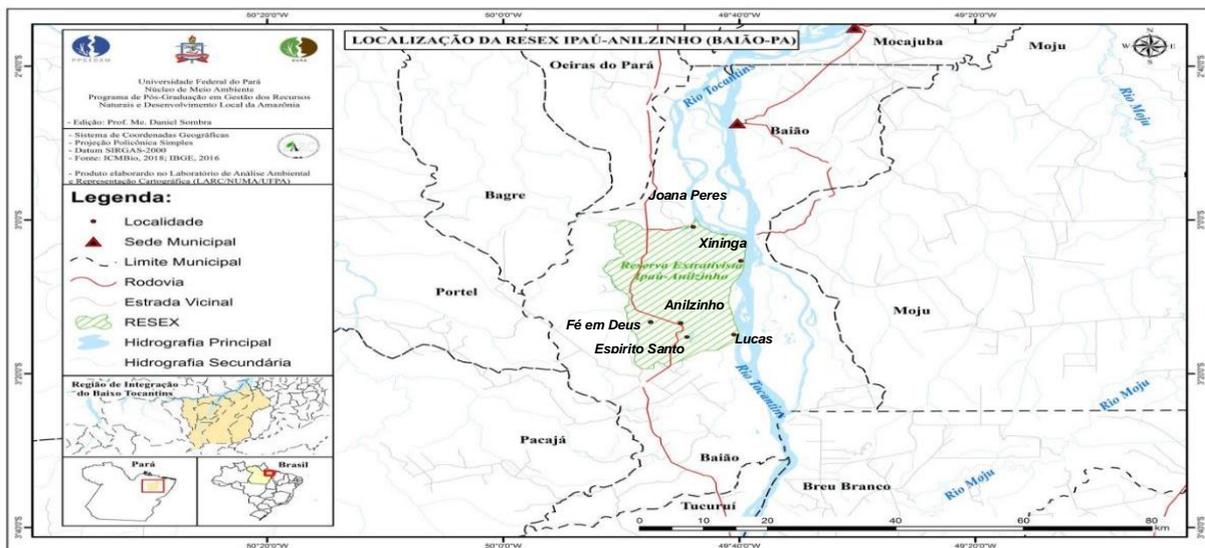
Pesquisadores como Moraes (2016), Pompeu (2017) e Figueiredo (2014) apontam problemas originários na sua construção estrutural desde a relação com os mecanismos de gestão pública à organização das populações inerentes a delimitação desse pós-território definido como RESEX.

Junto a isto, criam-se impasses que são tidos como embaraçosos para a efetivação de fato dos objetivos da criação desta RESEX, em específico a permanência de populações unicamente tradicionais e originárias ao mesmo território que por outro lado somam-se: a) dificuldades na falta de criação e implementação do Plano de Manejo atendendo as leis e regras criadas pelas comunidades; b) políticas públicas educacionais de educação ambiental; c) novas políticas de habitações, pois, a população vem crescendo dentro da RESEX após mais de uma década de sua

criação, etc. d) resgate da associação mãe na busca da geração de renda e agregação de valores dos produtos das águas e florestas; e) retirada de grileiros fazendeiros ainda instalados no interior desta unidade, dentre outras ações previstas na legislação ambiental. Abaixo a área da RESEX.

De acordo com o mapa de localização abaixo, a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho está situada na área rural do município de Baião, atravessada no sentido norte/sul pela Br-422 com seus limites iniciais no mesmo sentido do Ramal da Comunidade de Joana Peres ao rio Ipaú, a margem esquerda do rio Tocantins ao leste; e a margem direita do Rio Jacundá ao oeste.

Mapa 1 – Localização da RESEX Ipaú-Anilzinho – Baião/PA



Fonte: Produzido no Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica LARC/NUMA (2018)

Sendo assim, nos debates registrados nas pesquisas de Pompeu (2017), Moraes (2016) e Figueiredo (2014), busca-se ampliar o debate e entender sobre os reais motivos que levam o conselho gestor a não elaboração e efetivação *quanto ao plano de manejo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho*, o qual poderá significar avanços para o campo participativo e coletivo necessários ao funcionamento desta instituição e unidade de conservação.

Como a produção de conhecimentos em torno dessa questão ainda é incipiente, ensejamos a continuidade e ampliação dos debates considerando a relevância social e acadêmica da temática que se justifica pela expressiva necessidade de contribuir no campo da gestão socioambiental da RESEX e na criação de um produto que venha auxiliá-los nesse sentido.

Observa-se que junto com a política de criação das RESEX houve o desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para criar, em 2007, o ICMBio<sup>3</sup> para gerir as UCs.

A partir do objetivo maior que é analisar, partindo das ações do Conselho Gestor da RESEX Ipaú-Anilzinho e a organização das comunidades neste espaço deliberativo- as contradições no processo de gestão da UC com vista a mediação a solução dos conflitos existentes para a construção e aprovação do Plano de Manejo, desenvolvemos 4 (quatro) objetivos específicos: a) Identificar como os atores se posicionavam ou atuavam no processo de gestão da RESEX, haja vista as contradições que a criação desta construiu; b) analisar as contribuições e limitações do poder público e das comunidades perante as expectativas e necessidades das populações, no processo de gestão compartilhada; c) avaliar as problemáticas pontuadas sobre o conselho gestor e os entraves que impedem a criação/aprovação do Plano de Manejo; d) construir um produto final através da cartografia social.

A pesquisa teve duas etapas metodológicas com incursão em lócus, a primeira buscou-se conteúdos para construção da dissertação, e a segunda na produção de croquis por meio do mapeamento participativo sob mediação entre pesquisadora e pesquisados gerando um atlas das comunidades da reserva em “croquis manuais” resultante para a Cartografia Participativa Social da RESEX. Estes mapas foram tratados com a colaboração do Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), se constituindo como instrumento de informações e bases sobre as comunidades da RESEX a partir da visão dos seus próprios sujeitos.

### **1.1 Metodologia da pesquisa**

Esta pesquisa, focou-se nas apreensões teóricas que nos possibilitaram sustentar a discussão deste trabalho e o melhoramento com o processo de qualificação e realinhamento de alguns elementos necessários para não fugir do foco proposto, os percursos metodológicos e os respectivos instrumentos de produção de

---

<sup>3</sup> ICMBio, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, com a finalidade de fazer a gestão das Unidades de Conservação.

dados empíricos de modo que garantisse a validade da pesquisa e a respectiva produção final.

Para delimitar nosso objeto buscou-se ancoragem nos trabalhos de Pompeu (2017) com debate sobre políticas de Educação Ambiental, no contexto das escolas de Anilzinho e Joana Peres, e a percepção dos diferentes atores no trato desta política pela RESEX.

No estudo de Moraes (2016), que adentrou a análise das ações implementadas pelo ICMBio, como, atividades de cursos de capacitação para a inclusão digital, implantação de Telecentros, produção de mudas e hortaliças, etc. Além disso, como o ICMBio se organiza no processo de produção de políticas públicas para o interior da RESEX, assim como, observa a falta de elaboração e aprovação do plano de manejo desta.

Em Figueiredo (2014) debates que conduziram a reflexão sobre a soberania alimentar dentro do campo de reflexão cultural das comunidades, fatores estes que ao longo do tempo sofreram modificações visíveis e que se relaciona a outros aspectos de organização das comunidades e seus membros.

#### 1.1.1 Caracterização da pesquisa e percursos construtivos

As recorrentes revisões de literaturas foram essenciais, desde a concepção da proposta, até a produção final dos dados (PIZZANI et al.,2012).

A pesquisa bibliográfica demandou maior tempo em nossa pesquisa, pois, entender os enfoques, os processos e a seleção de dados para fundamentação e sustentação teórica exigiu dedicação e esforço produtivo, por entender como essência na interpretação dos dados. Os dados foram selecionados de fontes primárias e secundárias conforme Pizzani et al., (2012), que influenciou todas as etapas da pesquisa. Os dados primários foram advindos da coleta em campo e informações do produto final com a cartografia social, já os secundários foram advindos de dados usados de pesquisas já realizadas.

#### 1.1.2 Abordagem investigativa: o Estudo de Caso

A abordagem considerada foi na perspectiva quanti-qualitativa, pois esta abordagem é aquela que envolve métodos quantitativos e qualitativos para se obter

uma análise mais profunda do objeto estudado, a escolha desta abordagem deu-se pelo entendimento de não dissolver e se tornar esfacelada essa relação no objeto de estudo desta pesquisa. Para melhor compreender a opção por essa combinação metodológica, aludimos a Souza e Kerbauy (2017), que afirmam que quando estruturamos um trabalho que se constituirá por diversas variáveis, é necessária a compreensão da pesquisa num campo interdisciplinar por necessitar de complementação de abordagens e métodos que serão avaliados no decorrer da produção de dados e a dinâmica que o objeto investigado exige. Que em nosso entendimento não há uma “oposição entre quantidade e qualidade, [e sim] diferentes formas de combinação de metodologias” (SOUZA; KERBAUY, 2017, p. 38).

Na necessidade de não abordarmos apenas percepções sociais e sim dos dados que foram incorporados em nossa análise, incluiu-se dados imagéticos para consolidar as “interpretações das realidades sociais” (SOUZA; KERBAUY, 2017, p. 34). Portanto a pesquisa teve uma abordagem alternada ou mista (quanti-qualitativa) pela necessidade da minimização das subjetividades, aproximando as percepções de condicionantes reais, que deram maior credibilidade na produção dos dados que refletem a realidade nesta produção (BRÜGGEMANN; PARPINELLI, 2008; FLICK, 2004).

Por se tratar de um espaço territorial específico da Amazônia e de 1 (uma) reserva dentre as várias do SNUC, para produção de dados e enfoque de trabalho abordou-se o Estudo de Caso, o método foi escolhido devido sua apropriação e interface no campo das ciências sociais e aplicadas, que melhor se adequa para produção de fins didáticos e relatórios de pesquisa (FREITAS; JABBOUR, 2011).

Sobre o Estudo de Caso foi necessário a aplicabilidade do rigor científico que toda pesquisa séria deve possuir. Quando tratamos do método, percebe-se algumas confusões epistemológicas sobre o tipo de pesquisa, existe outros métodos com diversas abordagens em vários campos das ciências, no entanto, o objeto e o resultado que pretendem-se obter define o tipo de método a ser usado, não obstante, nossa atenção se voltou para que nosso enfoque não criasse inconclusões metodológicas, pois, alguns autores se distanciam ao afirmar que há diferença entre o Estudo de Caso e Método do Caso, embora tenha semelhança Menezes (2009) distingui como um tipo de estudo empregado como “ferramenta pedagógica utilizada na formação de advogados, juristas, e administradores de empresas” (MENEZES, 2009, p. 131).

Ao dar ênfase nos aspectos quanti-qualitativos e optar por um estudo de caso, fundamentamos em Yin (2001), que caracteriza a abordagem como um estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados, “explicado devido à grande variedade de fontes de informações que a escolha pelo estudo de caso pode possibilitar ao pesquisador” (MENEZES, 2009, p. 131).

Segundo Menezes (2009), no Brasil o Estudo de Caso é por vez confundido com o *case*, para o autor o *case* foi desenvolvido por Christopher Collumbus Langdell (1826-1906), jurista e professor norte-americano da escola de direito da Universidade de Harvard. Langdell, desenvolveu seus estudos e configurou o Caso de Estudo ou *case* como uma ferramenta inovadora no campo do direito, a abordagem do Estudo “do” Caso foi “uma revolução na forma de ensino, uma vez que esse método objetivava o estudo prático da lei” (MENEZES, 2009, p. 137). No seu percurso e evolução do método, Menezes (2009, p. 140) reforça que esse tipo de estudo hoje em dia no “Brasil, tanto nas graduações de Direito e de Administração de Empresas como em Marketing e áreas de saúde, o estudo do método do caso, são chamados de *case*, e tem sido bastante utilizado”.

Confirmando as assertivas estabelecidas por Menezes (2009), Martins (2006, p. 7) corrobora que o “*case*, é – técnica de ensino em que o professor (instrutor) explica – ensina – determinado conteúdo após os alunos estudarem um caso, geralmente relatando uma situação real já ocorrida”, ou seja, instrumento pedagógico com finalidade diferente do Estudo de Caso.

No entanto, fundamentando nossas formulações em Yin (2001, p. 33), a abordagem que definimos como Estudo de Caso não é um Caso de Estudo, tampouco em sentido *stricto*, é uma pesquisa com base “empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, ainda sim, para Triviños (2019, p. 133), trata-se de “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa profundamente”. O autor, ainda considera que esse tipo de pesquisa orienta a reflexão sobre uma cena, evento ou situação, produzindo uma análise crítica que leva o pesquisador à tomada de decisões e à presunção de ações transformadoras.

As definições sobre esse tipo de abordagem são bastante complexas, pois, exige forte rigor teórico, assim, Chizzotti (2014) nos ajuda a relacionar as armadilhas

conceituais para distinguir uma ação de outra, para o autor, há uma generalização dessa abordagem nas pesquisas em clínicas psicológicas, médicas, na área educacional, jurídica, jornalística, de empresas, etc., no entanto essas abordagens geralmente são de uma determinada condicionante, pois, “o caso é dado ao profissional para que reúna informações sobre um determinado produto” (MENEZES, p.135), nossa abordagem vai além, trata-se de investigar fenômenos sociais que possuem múltiplas determinações que não podem ser elucidadas observando os aspectos de apenas um conteúdo ou uma determinada pessoa.

Embora possa ser tratado por meio de diversas compressões, a opção enquanto pesquisadora foi de determinar a pesquisa como um “Estudo de Caso”, pois não tivemos a incumbência de aprofundar pesquisa sobre o método em si, mas do determinante que a pesquisa exigiu sobre múltiplas análises de variáveis do conhecimento científico para construir a pesquisa. Nosso objeto pode ser o case, porém com clareza de uma “unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção” (CHIZZOTTI, 1991, p. 102), que em sentido mais amplo da pesquisa, e, o fato de analisarmos um fenômeno da RESEX Ipaú-Anilzinho, reafirmamos que o trabalho realizado foi um Estudo de Caso que não se reduziu a um aspecto isolado e singular.

Como mencionado inicialmente, a proposição da pesquisa se fundamentou em literaturas disponíveis sobre a reserva, na qual afinamos em um determinado objeto que propomos investigar (FREITAS; JABBOUR, 2011), dessa forma ao consolidar os percursos, técnicas e instrumentos de produção de dados para entender determinado fenômeno com diversas variáveis para elucidar questões passadas e atuais, validamos as características desse trabalho, ao que nos permitiu “formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (TRIVIÑOS, 2019, p. 111).

### 1.1.3 Fase exploratória

Em campo, os trabalhos tiveram início com a realização de uma pesquisa exploratória ou *survey* (FREITAS & OLIVEIRA, 2000) na RESEX Ipaú-Anilzinho, com o objetivo de levantar dados preliminares empíricos e a possível redefinição da problemática da pesquisa.

Assim, comungamos com Frigotto (2001) de que,

[...] quando iniciamos uma pesquisa não nos situamos num patamar “zero” de conhecimento, pelo contrário, partimos de condições já dadas, existentes, e de uma prática anterior, nossa e de outros, que gerou a necessidade da pesquisa ao problematizar-se (FRIGOTTO, 2001, p. 87).

As primeiras estadas na reserva foram realizadas em 3 (três) períodos para que pudéssemos aproximar das populações e da temática da pesquisa. Todas as presenças de campo foram compreendidas pela estada de 02 dias na reserva, o primeiro na comunidade de Joana Peres e respectivamente o segundo na comunidade de Anilzinho e Fé em Deus. Ambas compreenderam a socialização com os comunitários em diálogos informais realizados com moradores, lideranças, membros do conselho gestor e servidores públicos das escolas do município que atuam nas comunidades. A permanência inicial foi construtiva no sentido de levantar questões que serviram para a base das demais imersões na área.

A segunda e a terceira incursão foram planejadas e definidas como fase de observação, e compreenderam como instrumentos para registrar dados de socialização entre os moradores da RESEX, na oportunidade, participamos de 2 (duas) reuniões ordinárias do conselho gestor da reserva. Para Minayo (2001) estas últimas podem ser caracterizadas como observação direta, pois, auxiliaram na descrição de parte da nossa investigação.

Em nossa pesquisa delineamos duas técnicas para coleta de dados: a observação com registros em diários de campo e posteriormente usamos a técnica de produção de dados em entrevistas com auxílio de questionário com perguntas semiestruturadas.

Para realizar as entrevistas no processo de produção de dados, foram realizadas 5 (cinco) incursões na reserva. Enquanto ato de pesquisa, optou-se para que a ação ocorresse dentro da área da UC, por considerar ser este o espaço dos sujeitos e garantir seu bem-estar durante a transmissão de informações. O tempo de permanência na reserva durante as entrevistas variaram em 1 (uma) estada por 1 dia, 2 (duas) por 2 dias, e 2 (duas) por 03 dias.

#### 1.1.4 Técnicas e instrumentos de produção de dados

Na perspectiva qualitativa, uma das vantagens de se realizar a observação é a possibilidade que permite ao pesquisador o contato direto com o objeto, e neste

caso específico o acompanhamento das apreensões e experiências dos sujeitos na prática de suas ações. Em nossa categorização como pesquisadora, foi tomada a definição de “observadora”, com sustentação em Minayo (2001), pois, essa técnica apenas complementa outra e ocorreram de forma breve (reuniões de 1 dia cada do conselho gestor), pontual, e de caráter formal.

A observação foi escolhida devido à necessidade da apreensão de algumas informações que não seriam possíveis de serem captadas ao fazermos perguntas diretas aos membros do conselho gestor. Minayo (2001) afirma que essa técnica permite visualizar uma racionalidade real do sentimento dos informantes em relação as suas reais perspectivas, pelo fato desses serem os sujeitos do nosso objeto.

Para registrar nossas observações fizemos uso do diário de campo, “sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congregar os diferentes momentos da pesquisa” (MINAYO, 2001, p. 65-64).

Para Triviños (2019, p. 138), “as técnicas, métodos de Coleta de Dados exigem [...] atenção especial ao *informante*, ao mesmo *observador* e às *anotações de campo*”. As informações dessas técnicas se constituem como elemento de extrema importância na pesquisa, e que se encontram inseridas neste trabalho configurando-se como resultados empíricos. A importância do diário de campo nesse tipo de abordagem, nos permitiu melhor orientação na condução do trabalho, os percursos a serem tomados do início até o término da captação dos dados, segundo Araújo (2013) et. al.,

[...] o diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las. [...]. O diário também utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término. (ARAÚJO et al., 2013, p. 54).

A estruturação do diário conteve dados com nome dos sujeitos que emitiram falas nas reuniões do conselho gestor, comunidade ou órgão representativo, anotações detalhadas das falas e momento ou período que ocorreu.

O segundo instrumento para produção de dados foi a entrevista com aplicação de questionários semiestruturados. Esse elemento nos permitiu apreender novas informações, consistindo não só da pré-elaboração dos questionamentos e respostas, mas na oportunidade de entrar em contato com a percepção social dos sujeitos, na

qual elaborando outros questionamentos durante um amplo campo de interrogativas, fruto de novas indagações que iam surgindo à medida que se recebia as respostas do informante (TRIVIÑOS, 2019), o que demandou para o campo teórico enquanto pesquisadora as relações com as questões que estávamos investigando.

Minayo (2001) afirma que essa técnica permite a observação de questões particulares dos sujeitos informantes, essa formulação foi base das apreensões teóricas que constituímos sobre o objeto de pesquisa possibilitando a compreensão do fenômeno social (TRIVIÑOS, 2019). Para Boni e Quaresma (2005, p. 75) “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”.

Esse tipo de técnica se alinhou a nossa pesquisa por termos a amostragem de informantes de nosso interesse e com a vantagem de que as informações orais foram mais ricas, e que fugiram da projeção de realizar emissão escrita por parte dos informantes, que levariam mais tempo para serem produzidas, e conseqüentemente informações serem embaciadas. Outro benefício da entrevista semiestruturada foi a obtenção das respostas naturais dos entrevistados, pois, eles por estarem à vontade na entrevista emitiram questões inesperadas na entrevista, que nos permitiu dados inesperados e de extrema relevância investigativa, fatos que Boni e Quaresma (2005) consideram como elementos que enriquecem o fenômeno investigado.

Os instrumentos de captação de dados são definidos dependendo de cada etapa estabelecida, pois, fizemos na primeira etapa o uso de anotações de campo (diários), gravador e máquina fotográfica<sup>4</sup>. Essas etapas são necessárias para enriquecer a pesquisa com todos os detalhes percebidos (GIL, 2008). Após realizadas todas as etapas necessárias, iniciamos a sistematização dos dados e escolha das informações que comporão a análise de conteúdo da pesquisa.

#### 1.1.5 Análise de Conteúdo e documental

Para solidificar nossos resultados, usou-se o método da Análise de Conteúdo de acordo com os dados produzidos das entrevistas captadas. As informações foram trianguladas de forma que possibilitou a compreensão das causas e efeitos dos fenômenos, trata-se de “um tipo de análise da comunicação que pretende garantir a

---

<sup>4</sup> Resume-se a captação de imagens e gravações das entrevistas ao uso das funções contidas no aparelho celular.

imparcialidade objetiva” (CHIZZOTTI, 2014, p 114), no entanto, somente com as informações dos sujeitos não existe possibilidade de validação dos dados como verdadeiros, assim, a análise de conteúdo foi conduzida por teste de legitimidades com o cruzamento de dados documentais e fontes teóricas sobre nossa temática.

O propósito de utilizarmos a análise documental partiu do princípio de entendimento do processo de institucionalização da reserva, bem como as questões de interesse das populações que não possuem um documento orientador de ações devido a não aprovação do plano de manejo, haja vista a obrigatoriedade deste componente como item indispensável que regulamenta as normas de uso comum da terra em área de proteção ambiental, neste sentido este aporte não tratou apenas de reconhecer documentos, normas e legislações sobre o objeto, mas de um mecanismo de informação que “surge num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” histórico (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Para Lüdke e André (1986), as análises das inferências nos textos escritos e normas regulatórias suprem a uma melhor compreensão das reflexões de uma pesquisa. Citamos como documentos de apreciações, as atas de reuniões e pareceres do conselho gestor, Plano de Manejo (não aprovado), lei do SNUC, leis ambientais, etc.

Concordamos com Franco (2018) na adoção da análise de conteúdo devido o entendimento de ser fruto de comunicações que se expressam por mensagens escritas (documental), comportamental (observação), verbal (entrevistas) e visual (imagens, fotos) que foram largamente utilizadas em todo nosso percurso investigativo.

A análise de conteúdo foi organizada como uma “análise temática de conteúdo”, pois em Bardin (2011, p. 135) “fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”, e com o apoio dos diversos aportes combinados, pudemos finalizar essa etapa de maneira sistemática.

As combinações da análise documental e de conteúdo produziram efeitos na medida em que alinhávamos produção teórica sobre o objeto, as questões postas nos documentos oficiais e as informações emitidas pelos entrevistados, produzindo questões que foram registradas neste trabalho e que estavam implícitas no contexto da reserva Ipaú-Anilzinho, Franco (2018, p. 12) caracteriza como um processo

relacional “que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem”.

Portanto, a dissertação está organizada pelo seu percurso introdutório, evidenciando a problemática da pesquisa pelo seu contexto histórico, as descrições em objetivos e caracterização dos processos metodológicos da pesquisa.

O segundo capítulo vai tratar da fundamentação teórica pensando políticas envolvidas com o Estado e a construção de direitos em espaços de lutas e conquista como as imprimidas pelos seringueiros no estado do Acre que resultou em uma particular forma de defesa de território de comunidades tradicionais que se constituiu na primeira RESEX. Assim observamos a construção da participação social movimentando e transformando a realidade que para o contexto da pesquisa e do objeto passa-se a descrever uma outra particularidade territorial dentro da Amazônia conceituada como “Amazônia Tocantina” e os impactos inerentes as investidas do capital.

No terceiro capítulo tratamos do desenvolvimento da pesquisa em seu *lócus* munido de instrumentos de pesquisa como diário de campo e os registros sobre as reuniões do conselho deliberativo e fala dos informantes que evidenciam os impasses e dificuldades para se chegar à resolução da falta do plano de manejo para direcionar a dinâmica sócio-organizacional de atuação da RESEX. Por fim, tratamos o produto final o mapa cartográfico construído com as comunidades e tomado como referência para ajudar na construção de fato do plano de manejo para esta RESEX.

#### 1.1.6 Gestão e o Conselho Deliberativo da RESEX Ipaú-Anilzinho

A Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, como citada anteriormente foi criada por decreto presidencial, contendo uma área com 56.816 hectares, tendo como objetivo de criação “[...] proteger os meios de vida e a cultura das populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas populações extrativistas residente na área de sua abrangência” (BRASIL, 2005).

A Gestão da Unidade é composta pelo ICMBio que tem como atribuição propor, implantar, proteger, fiscalizar e monitorar as UC's Federais , bem como fomentar e executar programas de pesquisa para a proteção , preservação e conservação da biodiversidade em todo o território brasileiro, e juntamente com o Conselho Deliberativo da RESEX (CD), que conjuntamente devem desenvolver a gestão da área, o Conselho Deliberativo foi criado pela Portaria do ICMBio de nº 111

de 03 de Novembro de 2010, instituído 5(cinco) anos após a criação da RESEX. O quadro abaixo mostra a formação do conselho deliberativo.

Quadro 1 - Composição do Conselho Deliberativo da RESEX

<b>REPRESENTATIVIDADES</b>	<b>SIGLAS</b>
Associação dos Moradores e Mini-Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho do Pólo Norte	ASSORIANORTE
Associação dos Moradores Produtores e Agricultores de Joana Peres	AMPAJOP
Conselho Nacional das Populações Extrativistas	CNS
Associação dos Trabalhadores Agro-Extrativista e Pescadores Artesanais da Vila do Anilzinho	ATAEPAVA
Comunidade Espírito Santo	*****
Comissão Comunitária de Joana Peres	CCJP
Comunidade Xininga	*****
Centrais Elétricas do Norte do Brasil	ELETRONORTE
Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis	IBAMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural	NCADR
Prefeitura Municipal de Baião	PMB
Secretaria de Turismo do Estado do Pará	SETUR-PA
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião	STTR
Sociedade Beneficente dos Agricultores de Baião	SOBAB

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

O conselho Deliberativo é constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, e regulamentado de acordo com seu Regimento Interno. Toda e qualquer necessidade de alteração na composição deste colegiado deverá conter registro em Ata da reunião ordinária e submetida a decisão da Presidência do ICMBio.

### 1.1.7 Os atores do Estudo

Para realização da produção de dados com as entrevistas, selecionamos 9 (nove) comunitários, sendo 7 (sete) pessoas do sexo masculino e 2 (duas) do sexo feminino. A escolha ocorreu de acordo com suas atuações nos espaços de sociabilidade da RESEX e representação comunitária. Para uma visão macro do processo do objeto, selecionamos 1 (um) informante da atual associação que

substituiu a associação mãe da RESEX, 2 (dois) do Conselho Deliberativo, 3 (três) das lideranças de movimentos sociais e religiosos, e 3 (três) da comunidade.

A seleção ocorreu nos momentos da pesquisa exploratória, das observações nos vários momentos de inserção para acompanhar (reuniões do Conselho Deliberativo e, outros levantamentos de dados). Considerando os aspectos éticos da pesquisa e a guarda do anonimato dos nomes dos sujeitos, todos os participantes das entrevistas assinaram o termo de livre esclarecimento que autoriza a utilização das informações emitidas pela pesquisa e guarda legalmente os direitos da pesquisadora e os informantes.

Assim como as informações obtidas no diário de campo que foram substanciais na coleta de dados, com algumas destas informações registradas a partir da ocasião da 15ª e 16ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, a qual registrava-se a presença de não somente os membros do conselho deliberativo, mas sim de vários comunitários/ouvintes. E para a disponibilização das informações será omitido a identidade dos informantes, utilizando os respectivos pseudônimos: P01, P02, P03, P04, P05, P06.

Na sequência apresentamos os sujeitos da entrevista com suas respectivas informações de idade, representatividade na reserva, atividade que exerce e sua comunidade de origem. Os nomes expostos foram escolhidos com base em atores já falecidos que dedicaram suas vidas a luta pelos direitos pela terra e proteção aos povos tradicionais.

Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa

<b>ATORES</b>	<b>IDADE</b>	<b>REPRESENTATIVIDADE</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>COMUNIDADE</b>
Wilson Pinheiro	51 anos	ASSORIANORTE	Extrativista Pescador	Joana Peres
Irmã Dorothy	60 anos	Conselho da RESEX	Agricultora	Espírito Santo
Teodoro Lima	67 anos	Conselho da RESEX	Agricultor	Anilzinho
Padre Geraldinho	53 anos	Liderança	Extrativista Pescador	Joana Peres
Zé Cláudio	58 anos	Liderança	Agroextrativista	Fé em Deus
Maria do Espírito Santo	58 anos	Liderança	Agricultora	Santa Rosa
Paulino Guajajara	61 anos	Comunitária	Agricultora	Espírito Santo
Ulisses Manaças	59 anos	Comunitário	Agricultor	Anilzinho
Chico Mendes	37 anos	Comunitário	Pescador	Xininga

**Fonte:** Elabora pela pesquisadora (2019)

Wilson Pinheiro e Chico Mendes foram assassinados durante o movimento dos seringueiros no Acre na década de 80, Irmã Dorothy era missionário norte-americana que teve sua vida retirada por grileiros e latifundiários em Anapú no Pará em 2005, Teodoro Lima foi um líder quilombola do Marajó assassinado a facadas no ano de 2013 em Belém, Padre Geraldinho era sacerdote da Prelazia de Cametá e vivia na Região Tocantina desde os anos 60, vindo a falecer em 2004, sua vida foi dedicada a defesa dos povos do campo.

Seguindo, José Cláudio e Maria do Espírito Santo eram casal de extrativista assassinados em Ipixuna do Pará em 2011 devido seus ativismos e enfretamento de grileiros da região, Paulino Guajajara foi líder indígena assassinado em 2019 por fazendeiros ao defender suas terras das invasões de latifundiários no Maranhão e Ulisses Manaças era um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) no Estado do Pará, Manaças faleceu em 2018 vítima de um Câncer.

Nesta tratativa passamos de forma breve a elencar algumas características dos atores da pesquisa: Wilson Pinheiro trabalha no extrativismo e com a pesca artesanal, casado e pai de 8 filhos, nascido e residente na Vila de Joana Peres, tem forte engajamento comunitário sendo um dos líderes do movimento de criação da RESEX.

Padre Geraldinho se considera extrativista e pescador artesanal, informou que é amigado (união estável), pai de 5 filhos, é natural de Joana Peres e já assumiu funções gestoras em associações da comunidade que reside, estando como membro na atual composição do Conselho Deliberativo.

Zé Cláudio se intitulou agroextrativista, não nasceu na região, é casado, pai de 5 filhos, residindo a mais de 32 anos na área, o comunitário reside no povoado Fé em Deus, já foi Conselheiro do Conselho Deliberativo tendo seu sustento oriundo das atividades mistas de criação de vaca leiteiras, do plantio e cultivo de açaí, mandioca, etc.

Irmã Dorothy, se enquadra como agricultora, é casada, sendo mãe de 5 filhos, mora na Comunidade de Espírito Santo desde o ano 2000, sendo membro da atual gestão do Conselho Deliberativo representando sua comunidade.

Paulino Guajajara é casado e desenvolve suas atividades como agricultor, sendo pai de 5 filhos, e morador da área desde o ano 2000 na comunidade do Espírito Santo.

Teodoro Lima, se auto identifica como remanescente e considera-se amigado (união estável), tem 1 filho, suas atividades se desenvolvem na agricultura, residente na Vila do Anilzinho a mais de 40 anos, é membro do Conselho Deliberativo sendo um dos líderes que participou da organização e pedido de criação da RESEX.

Ulisses Manaças, se auto intitula como agricultor remanescente de quilombola, possui 4 filhos, é amigado (união estável), morador da comunidade de Anilzinho desde 1980.

Maria do Espírito Santo, considera-se agricultora, divorciada, tem 6 filhos, e reside na Comunidade de Santa Rosa a mais de 15 anos, tem bastante engajamento comunitário e participa das ações dentro da área de conservação. A comunidade de Santa Rosa é um povoado que não foi reconhecido como espaço da reserva, já citado anteriormente, no entanto está dentro da área de demarcação da UC, os moradores do vilarejo pontuam veemente o isolamento sofrido pelas suas famílias, com a falta de políticas de educação, infraestrutura, saúde, incentivo para a agricultura, etc.

Chico Mendes, se considera amigado (união estável), é pai de 1 filho, trabalha na pesca artesanal, residente na comunidade de Xininga desde o seu nascimento, trata-se de uma liderança da região já assumindo assento no Conselho Deliberativo da reserva.

Como mencionado o fato da comunidade Santa Rosa, outro fato contraditório que trazemos em pauta é da Comunidade de Lucas. O povoado tem aproximadamente 2.000 hectares de terra, seu acesso ocorre por percurso fluvial pelo Rio Ipaú e por acesso na BR-422.

A comunidade foi povoada por moradores oriundos de outros municípios paraenses, por aquisição de títulos de terra por volta de 1998, via processo de compra do antigo proprietário da área conhecido como Sr. Cléo, morador da Comunidade de Joana Peres (registro do Plano de Manejo não aprovado). Estimava-se que a comunidade possuía cerca de 42 famílias, registra-se que os moradores instituíram uma entidade nomeada de Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Lucas-ASTRUL, que conseqüentemente com a criação da RESEX, e sua área incorporada à UC, tiveram assento no Conselho Gestor, logo após a criação do mesmo.

De acordo com relato dos moradores da reserva, a comunidade de Lucas é tipicamente mantida pelas atividades extrativistas e da pesca, além do cultivo de frutos e coleta da Castanha-do-Pará, tendo sua área bastante preservada.

As informações verbais denotam que em anos anteriores a relação com os comunitários de Lucas era normal e tranquila, no entanto, ao perceberem que suas terras foram incorporadas a reserva e suscetíveis as normas do SNUC, houve o afastamento de seus moradores, que culminou em seu isolamento da região.

Com isso a comunidade passou a proibir a entrada sem autorização em suas terras, proibindo as atividades de pesca, caça e extração dos produtos da floresta em suas áreas, o que ocasionou uma série de conflitos com os moradores das outras comunidades da RESEX, que costumeiramente utilizavam o Lago Grande e o Rio Ipaú em atividades de pesca neste local que seria típico de espaço comum. Tempos depois a comunidade de Lucas se eximiu de participar das ações e atividades do conselho deliberativo, e assim passaram apenas a ter contato com gestores do ICMBio, que visitavam e visitam a comunidade esporadicamente via autorização prévia dos seus moradores.

Na tratativa de autorização com a equipe gestora da RESEX Ipaú-Anilzinho para a entrada na comunidade no processo de produção de dados para a pesquisa, a orientação foi de não incluir Lucas no processo investigativo. As informações não são esclarecedoras sobre essa contradição, no entanto, devido os impasses de isolamento e ameaça entre os moradores, a equipe gestora do ICMBio informou que o órgão iniciou um processo de levantamento técnico para regularização fundiária via indenização de benfeitorias aos moradores, devido estes alegarem possuir título de terras da área.

## 2 OS REBATIMENTOS PARA A GESTÃO DA RESERVA: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL

Considera-se que o poder público tem demonstrado limitações a sua atuação no interior das RESEX's e, isso, chama atenção para o tratamento recebido por essas instituições. Costa (2014) levanta uma questão sobre a gestão de áreas de UC e a relação do Estado não ser capaz de elaborar políticas públicas de atenção as comunidades e ao entorno das RESEX's, o qual demonstra certa incapacidade por não conseguir conciliar qualidade de vida, sustentabilidade local e geração de renda.

A prática do monitoramento de áreas protegidas para a permanência de comunidades humanas evidencia o mínimo do Estado se restringindo a fiscalização e repressão, o que por outro lado não possui pessoal e estrutura logística capaz de cobrir a totalidade dessas imensas áreas, Silva et al., (2013).

Assim, abre-se o embate para a responsabilidade da gestão dessas áreas somada a políticas públicas, a competência de outros atores emanados dessas próprias áreas, das organizações sociais e suas diversidades culturais. Logo, a reserva constituiu-se no início de sua criação uma unidade de sujeitos que trabalham com a atividade de extrativismo florestal, agricultura de subsistência, caça, pesca artesanal, que na sua dinâmica deveria caminhar para uma organização de caráter coletivo de fato.

Segundo Moraes (2016) e Pompeu (2017), 2 (duas) situações se apresentam na reprodução de problemas quanto a gestão da RESEX Ipaú-Anilzinho, que se manifesta no sentimento de impotência de grande parte das populações sobre o enfrentamento de atividade ilegal de extração de madeira, e por outro, a paralisação da associação mãe (ATREPREA) que pela sua ausência passou a formar 2 (dois) polos de disputa, Norte x Sul, no interior da unidade.

Em reflexões e percepções em *lôcus* do estudo, na Reserva Ipaú-Anilzinho, observamos outra condição que se apresenta como a fragilidade de organização social e disputas internas fomentadas inclusive por agentes externos que resultam em conflitos e distanciamento entre si das comunidades sobre o foco dos problemas que são comuns, assim como a escassez de alternativas de renda, ausência de saneamento básico, insuficiência na infraestrutura de saúde, educação, etc.

A paralisação da ATREPREA, em nossas percepções, funcionaria como o produto de outras questões, pois várias associações e organizações, após

constituídas, acabam gerando endividamento, e com isto veem como saída à formação de novas associações para fugir dos impostos devidos, na retomada da associação anterior, ou seja, as associações/organizações já nascem frágeis e recorrem para tentativa de fugir de um problema recorrente.

Nesse sentido, não existiria, portanto, uma polarização norte x sul, mas uma fragilidade geral das organizações comunitárias somadas a dificuldades de logística e a falta de diálogos das comunidades entre si que precisaria ser resolvido.

Assim, a existência de uma “associação-mãe” se torna apenas um elo formal de relação entre Estado e a RESEX, o qual em funcionamento não tem resolvido questões heterogêneas e de dificuldades de organização interna, bem como, o provimento de projetos de alternativa de renda que acumulem a participação comunitária coletiva e a pouca disponibilidade de recursos humanos governamentais para atuação na área, observado neste.

Diante disso, outros elementos vão se somando a esse contexto aumentando a instabilidade para organização das comunidades, como opção de criações de gado, contrário à ideia de agricultura familiar e aos princípios da RESEX; a não aprovação do plano de manejo; a permanência de assentados e posseiros que configuram-se como populações não tradicionais; ausência de políticas que gerem recursos estruturais e financeiros, o que ocasiona a frustração de moradores quanto a presença do ICMBio e de suas atuações nas comunidades, fator que se agrava devido o número reduzido de profissionais no órgão. (POMPEU, 2017; MORAES, 2016).

Para Moraes (2016) apesar das dificuldades enfrentadas tanto pelo poder público quanto pelas comunidades não deixa de reconhecer que houve alguns avanços embora sejam mínimos que se consolida ainda no espaço de proteção ambiental com algumas atividades pontuais ocorrida em período paulatino via a chefia da reserva, em cooperação com o IBAMA, SENAR e o Ministério Público.

Corroborando com esse posicionamento consideramos que quando há a criação de uma Unidade de Conservação, passa-se a ter atuação na área de um órgão fiscalizador e gestor, em uma Unidade de Conservação federal o ICMBio, e com ações conjuntamente do IBAMA, visto que uma das suas funções é a proteção ambiental, o que inclui ações fiscalizatórias, que tendem a inibir ações como caça e pesca predatória e desmatamento ilegal, porém é justamente dessas ações que surgem muitas vezes a resistência à presença do órgão, porque diante das poucas

alternativas de renda, os próprios moradores das comunidades podem ser punidos caso participem de ações predatórias.

Dessa forma, com informações da equipe gestora da RESEX Ipaú-Anilzinho, registramos que houve algumas ações positivas no sentido da proteção e inibição ao desmatamento, também com uma maior interlocução com outros órgãos governamentais, para o alcance de benefícios de eletrificação rural, manutenção de ramais em algumas comunidades da RESEX e oferta de educação para ensino médio já existindo na comunidade de Joana Peres e a contemplação da oferta do Ensino Médio para este ano de 2020 à comunidade de Anilzinho, por exemplo, conquistado mediante o apoio do ICMBio na interlocução com outros órgãos nas esferas municipal, estadual e federal.

Em colocação de Pompeu (2017), considera que as populações da reserva possuem conhecimento do espaço que vivem, porém, não conseguem compreender com veemência as limitações que o órgão da reserva possui. Para Moraes (2016), a consciência sobre a importância da RESEX é mais vista nas lideranças comunitárias das instituições locais como: coordenadores de comunidades católicas, igrejas evangélicas, diretoria das associações, cooperativas, diretores escolares e militantes mais ativos dos movimentos sociais e partidos políticos.

Então, existe um caminho de discernimento das problemáticas que envolvem o gerenciamento de ações na UC, porém há que se dá atuação a outros atores como, por exemplo, o Conselho Gestor. E, este, não será uma instituição para se livrar de contradições e conflitos já que seu funcionamento representa um avanço para democratizar as problemáticas internas, no sentido de encontrar soluções conjuntas por debates, discussões e negociação como espaço fortalecido e instrumento de legitimidade representativa da UC (JACOBI, 2004) um produto da coletividade e do consenso.

Ainda em nossas análises e percepções referente à RESEX, registramos que um dos principais conteúdos a serem tomados nesse período é o conflito fundiário, em relação aos usos que podem ser feitos do território, na delimitação das áreas de uso comum e a própria sobreposição destes usos junto ao Plano de Manejo, entendendo-se que é a partir deste ordenamento que poderão serem propostas outras alternativas de projetos para geração de renda.

Constitucionalmente – CF/1988, ficou instituído, no art. 225 que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...], impondo-se ao poder

público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Para Simonian (2007, p. 30), mesmo dispondo de instrumentos legais, o Estado “se apresenta enfraquecido quanto garantia dos direitos ambientais definidos constitucionalmente e em leis, específicas, o que termina sustentando a impunidade.

Neste arcabouço, o conjunto de políticas públicas e ações em que o conselho gestor da RESEX é responsável por mediar suas ações, colocam em prática duas posições, de um lado a atuação do Estado por meio de suas instabilidades e noutra a população do interior das comunidades e do entorno da reserva, que são alvos dessas ações governamentais.

Em se tratando de interesses mútuos o Estado, compreendido como o poder público, tem por competência ser o mediador de interesses e conflitos entre diferentes fatos sociais, possuindo competência e obrigações legais que lhe possibilite desenvolver, por consequente interesse público, a manutenção da ordem e o controle do uso dos recursos naturais (QUINTAS, 2005).

A participação de vários agentes nos conselhos da UC seria, portanto, uma abertura para um perfil democrático, pois, permite um “gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 2006, p. 148, apud TENÓRIO, 1998, p. 16). Constituindo assim, a cooperação deliberativa, ligada a uma espécie de “cidadania ativa, relacionada com a presença constante da sociedade civil nas discussões na esfera pública, interagindo com a economia e com o Estado” (TENÓRIO et al., 2010, p. 4).

Compreende-se neste íterim, é que a questão de quando ocorrem as políticas públicas na área da RESEX, estas podem vir apresentadas e implementadas de forma desarticulada, seja na esfera do governo municipal, estadual e federal. Quando o governo cria uma UC, a ideia é que a partir daí as comunidades teriam um órgão público a seu favor. Porém o que se observa é um jogo de empurra-empurra, cada órgão empurrando a responsabilidade para o outro, deixando de lado suas responsabilidades de articular ações, então passa-se de vantagem para ser algo dificultoso.

Referente ao ICMBio, observamos diante do contexto de gestão, que ações pontuais são feitas, mas se perdem se não há continuidade a longo prazo, porque os resultados muitas vezes não chegam, então expectativa e frustração são geradas ao mesmo tempo pelos comunitários. Necessitando assim em nossa visão, que o órgão

enquanto gestor deva ter um planejamento integrado, sistêmico e de longo prazo, resolvido de acordo com o Plano de Manejo, para orientar as ações a serem realizadas pelo órgão.

Ressalvando que há também fatores externos que interferem na continuidade das ações do órgão, visto que nos últimos cinco anos, o ICMBio mudou de presidência institucional várias vezes, assim cada presidente quando chega, tende a direcionar as ações sob seu ponto de vista, mudanças de direcionamento não ocorreriam se o órgão como um todo seguisse diretrizes sólidas e sistematizadas de atuação.

Essas debilidades governamentais provocam os impasses nas UC com populações humanas. No entanto, a organização dos sujeitos para a construção de propostas sobre suas necessidades e demandas ao poder público de seus anseios é primordial. Para que isso ocorra é necessário compreender de forma total a dinâmica dos moradores e comunidades da reserva, criando mecanismos de superação e sufocar os impasses que atingem e dividem essas populações.

## **2.1 RESEX: campo de participação social**

Para compreender a historicidade dos sujeitos da reserva extrativista, buscou a luz do objeto evidenciar a categoria temática da participação social dos sujeitos no modelo de gestão da área da UC sem perder de vista que suas atividades giram dentro de um campo que determina posicionamentos, o território e a dinâmica vivida no interior da RESEX.

Com isso, conceitos passam a ser evidenciados como comunidade, espaços sociais, multiterritoriais como referência a materialidade histórica a um particular tipo de UC-RESEX, criada a partir das comunidades tradicionais para manutenção de sua existência (COSTA; ROCHA, 2017; PORTO-GONGALVES, 2015; NUNES, 2012; PEREIRA, 2012).

O debate sobre participação social focou a atuação dos sujeitos no conselho deliberativo que teoricamente é o espaço político representativo das comunidades e o responsável pelas decisões sobre o futuro da RESEX. Assim nos chama atenção as contradições internas a esse fenômeno e a atuação dos diferentes atores em uma organização social que se legitima com a Lei nº. 9.985/, 2000, que instituiu o SNUC.

Contudo, observamos que na RESEX Ipaú-Anilzinho a participação social, ela precisa ser estimulada sempre, em cada comunidade, e não apenas nos eventos em

que o Estado chama para reunir, como nas reuniões do conselho gestor, é necessário o estímulo para a participação e mecanismos para o aprimoramento da garantia de debates e discussões qualificadas.

Para tal o Conselho Gestor não pode ser visto como principal espaço político para representação dos moradores. Embora assim o Estado o queira ver, sendo assim ele seria, se as organizações comunitárias estivessem fortalecidas, com possibilidades reais de levarem e defenderem suas demandas diante das demais instituições que compõem o conselho. Do contrário, o conselho pode servir apenas para formalizar decisões já determinadas pelo Estado, e não será um espaço crítico e de discussões.

Nesse sentido construímos a busca por um modelo de participação social, onde, emanam poderes políticos, partilhamento de ideias e construção de uma organização capaz de pensar a propriedade coletiva da terra, do meio ambiente e da sobrevivência de forma institucional, destacamos nesse ínterim o Conselho Deliberativo com finalidade consultiva e deliberativa na gestão das áreas sob domínio da reserva, reflexão que vai além das políticas governamentais e dialoga com a autonomia de instituições sobre o domínio da sociedade civil organizada (TENÓRIO; DIAS; VILLELA; PORTO; VIANA, 2008) de maneira representativa e responsável (VASCONCELLOS SOBRINHO; CANTO; CONDURÚ, 2017; FIGUEIREDO, 2014; SOUSA et. al., 2011; GRAMSCI, 2011; GOHN, 2008; 2010; BORDENAVE, 1994; HABERMAS, 1987).

Por outro lado, uma forma de gestão política que significa defender escolhas mais próximas dos interesses das comunidades extrativistas. Em reflexão de Gramsci (2001), sociedade política é determinante para o Estado promotor de políticas públicas. Então, Estado = Sociedade política + Sociedade Civil. Para manutenção hegemônica desse Estado sobre a sociedade civil é necessário promover o consenso nas relações sociais.

Fundamentando-se nessa construção, a gestão na forma da condução democrática da RESEX se equivale a um outro conceito gramsciano, da superestrutura da sociedade civil, que possui indivíduos com participação social em movimentos sociais que ao pressionar o Estado pode buscar, para o caso da RESEX, um consenso que lhes proporcione uma instituição baseado na territorialidade com as defesas feitas pelas comunidades tradicionais.

O recorte para um caso específico da Amazônia brasileira intenciona expor atuação de atores que fazer o exercício de posicionamento político como amostragem de um fenômeno social que está permeado de múltiplas dimensões e influência a tomada de decisões diante dos problemas reais.

Numa região marcada por ações de interesses do capital, do lucro em detrimento do esgotamento de áreas de fauna, flora para produção de Commodities (recursos hídricos, florestais, mineralógicos, etc.) se registra o Baixo Tocantins como palco de grandes movimentos e levantes sociais como a Cabanagem (1835-1840), o conflito do Anilzinho (1961-1981) e por hora contexto da pesquisa. Assim como, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1984), principal representante de impacto ambiental para esta região.

Nessa realidade social que situamos o avanço de políticas públicas muito mais quando pensadas no sentido da exploração que de proteção a territórios em que a vida do homem e da natureza se tornam primordial.

## **2.2 Aspectos do ambiente social na reserva**

Ao tratar da gestão da reserva, é necessário que se olhe para o marco legal que indica o mecanismo de gerenciamento da área, Lei 9.985/2000, tendo como base de debate, a política governamental e as populações da reserva que possuem intencionalidades e interesses distintos para um campo que se torna de interesses e disputas.

Considerando as concepções hegemônicas do movimento de forças, consentimento ou coerção, observa-se que o elemento determinante das transformações históricas é constituído e efetivado pela sociedade política que decide os espaços sociais. Para tanto, caracterizar um tipo de organização pressupõe delimitar seus aspectos de acordo com as práticas e objetivos que realiza e busca, geralmente a garantia de cumprimento de direitos e melhores condições de vida.

Em termos de gestão isso significa organização de conteúdos que devem ser construídos e disseminados no interior do conselho, no cumprimento de metas para expandir o fortalecimento da ideia de emancipação aos ideais das comunidades a serem alcançados em seus impasses e divergências. Freire (1996) fala da intervenção de atores na sociedade por meio da educação.

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que se aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta (FREIRE, 1996, p. 122-123).

Isso significa ter um elemento determinante para produzir as conquistas sociais onde se potencializa mudar rumos históricos mesmo quando houver tentativas contrárias. Gohn (2008), uma atenção para outros espaços educativos que não se limitam a escola como local de procura:

Os espaços [...] da educação não-formal são múltiplos, a saber: no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas organizações Não-Governamentais, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessa com a comunidade educativa etc. (GOHN, 2008, p. 101).

Ao que esta sugere avançar para uma concepção de educação que se atrela a vida e a ela diferentes objetivos sociais se evidenciam em defesa de cada organização. O SNUC define os critérios para gestão das unidades de conservação pensando a proteção Integral (UPI), admitindo nessas áreas apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e as de Uso Sustentável (UUS), onde a vida humana em relação com a natureza deve materializar o uso sustentável (BRASIL, 2000; FIGUEIREDO, 2014).

As unidades de conservação que constituem o SNUC são de competência dos entes da União (federal, estadual e municipal). As categorias de unidade de conservação UPI e UUS, possuem características específicas, vejamos:

Quadro 3 - Categorias de Unidades de Conservação

<b>UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL</b>	<b>UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL</b>
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
*****	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
*****	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Lei 9.985/2000, art. 8º e 14º.

Entre as funções que regem a SNUC e a finalidade de cada uma, no caso a RESEX, pode haver as iniciativas de parcerias com agrupamentos que possibilitam a participação popular e a consolidação de propostas que incentivam o sentimento mútuo de preservação e proteção dessas áreas, como se observa na gestão dessas unidades, propiciando uma gestão compartilhada entre os órgãos do Estado, movimentos sociais, ONGs, iniciativas privadas e a sociedade civil em geral. Para Sousa et. al., (2011, p. 9) “A relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente ganha força com a criação de mecanismos que ampliam a participação da sociedade na gestão do sistema”

Em tese a lei 9.985/2000, dispõe de objetivos que propiciem uma gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com interesses ligados a preservação da biodiversidade e fiscalização ambiental do território nacional, da melhoria de condições de vida das populações tradicionais que habitam as unidades sustentáveis e o desenvolvimento de pesquisas e estudos ambientais, preservando os recursos naturais e a vida dos ambientes protegidos para que atuais e novas gerações possam desfrutar desses espaços (MORAES, 2016).

Vasconcellos Sobrinho, Canto e Condurú (2017, p. 13) definem a gestão ambiental como “ato de gerir um território por meio de ações políticas e técnicas para uso e aproveitamento dos recursos naturais, de forma menos predatória possível”. Com essas iniciativas, ações são desenvolvidas e garantidas como pesquisas científicas, equilíbrio ecológico, a preservação da fauna e flora, que em suma devem promover a permanência das populações tradicionais que residem nas unidades de uso sustentável, a partir do uso racional dos recursos naturais.

O SNUC se aproximando de 02 (duas) décadas de existência, contribuindo para o aumento considerável das áreas de proteção ambiental, tanto integral quanto de uso sustentável no Brasil, porém, alguns fatores são insatisfatórios, como o pouco recurso para gestão dessas áreas, para políticas públicas voltada as comunidades e fiscalização, haja vista, a recorrência a caça predatória, venda ilegal de madeira, etc. não resolvidos acompanhando o ritmo do aumento das áreas protegidas (MORAES, 2016; FIGUEIREDO, 2014).

Pádua (2011) descreve a distintas UC no SNUC:

[...] Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As de uso indireto dos recursos naturais, são cinco, sendo elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida

Silvestre e sete categorias de uso direto dos recursos naturais, que são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Muitas dessas categorias de manejo têm objetivos bem similares, como as Reservas Biológicas com as Estações Ecológicas, as Reservas Extrativistas com as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico com os Refúgios de Vida Silvestre. Outras são de domínio privado, como as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, embora estas últimas tenham caráter de perpetuidade (PÁDUA, 2011, p. 25).

Porém para além desta descrição, observa-se que há algumas situações negativas quanto as finalidades que ocorrem durante a criação de algumas áreas, por exemplo, o Estado fornece enormes áreas a pequenos grupos humanos, para que eles façam, com caráter exclusivo, sua exploração pretensamente “sustentável” gerando assim polêmica e debates em relação às unidades de uso sustentável - Reservas Extrativistas e as Florestas Nacionais.

Em lei (BRASIL, 9.985/2000), às unidades de proteção integral é obrigatório que se estabeleça conselhos consultivos e nas de uso sustentável os conselhos deliberativos que a priori devem promover em conjuntos com o Estado a gestão dessas áreas (VASCONCELLOS SOBRINHO; CANTO; CONDURÚ, 2017).

Para Araújo (2008, p.5) a lei do SNUC implica na participação dos diversos setores da sociedade e das populações existentes nestas áreas nas tomadas de decisões e preservação das UC, pois, segundo o autor “o sistema trouxe avanços importantes no que se refere à participação das comunidades nas áreas ambientais existentes, principalmente, pela constituição de órgãos gestores como os conselhos e a aplicação nas próprias UC de parte dos recursos gerados” (ARAÚJO, 2008, p.5).

Diante desses debates formulou-se o objeto da pesquisa pensando a gestão da RESEX Ipaú-Anilzinho via seu conselho deliberativo nos impasses e controvérsias para elaboração e implementação do plano de manejo com os diferentes atores e dinâmica de participação social.

### **2.3 Participação Social uma condição democrática**

Ao inferir sobre os espaços que se materializa a formação de atores capazes de lidarem com situações do cotidiano de maneira participativa e preocupados com a situação social do qual se encontram é que discutimos a possibilidade de um produto para auxiliar a construção do plano de manejo da RESEX. Nessa assertiva um ponto

que se pode destacar é sobre a construção da consciência de classe como dissenso a consciência comum que vê o mundo a partir da aparência que este revela (MARX, 2019).

No exercício do modo de governo vivemos em uma sociedade democrática, e as características dessa organização está nas deliberações via representatividade, que advém das reflexões pelo qual o Brasil se constitui enquanto nação, a república – como explica Lafer (1989, p. 215), “República vem do latim *res publica*, literalmente o bem público, chamando, portanto, a etimologia da palavra a atenção para a coisa pública, a coisa comum”.

Neste sentido as análises do modelo de participação em que normalmente o indivíduo se restringe aos mecanismos de normas eleitorais, do sistema político partidário brasileiro, do voto, segundo Bordenave (1994) apresenta-se como democracia participativa ou direta, onde os instrumentos democráticos são o elo entre o Estado e a Sociedade Civil que são institucionalizados por meio de normas instituídas legalmente.

Afinal, qual o marco legal que nos define como sociedade de “organização democrática”, em termos simplórios, nos remetemos ao período em que o Brasil estava em regime ditatorial, e a partir da década de 80 passou pelo processo de redemocratização. Isso nos remete a querer entender o que é a participação social pelo viés da teoria democrática (ALVES, 2013).

Para Alves (2013, p. 29) a partir da constituição de 1988 abriu-se um leque de possibilidades de participação de entidades na criação e regulação de políticas públicas no Brasil. Utilizamos então a participação social como um conceito que integra a organização de indivíduos ou determinada classe social de forma organizada para elaborar processos decisórios em torno de objetivos coletivos (CARLOS, 2011). Os movimentos sociais são os principais instrumentos que emblematicamente definem um exemplo palpável de participação social.

As ações com intencionalidade de participação social ao buscar novas formas de mobilização e concentração de pessoas em busca de objetivos comuns, promovem ações de cidadania e transformações sociais. Pode-se entender este processo de organização onde o termo “sociedade civil” abrange cada indivíduo é parte integrante de uma organização inicial na qual, direitos e deveres devem ser garantidos e cumpridos, estes criados por meio de um pacto comum que rege as normas do grupo. Habermas (1987) faz importante reflexão:

As sociedades modernas dispõem de três recursos que podem satisfazer suas necessidades no exercício do governo: o dinheiro, o poder e a solidariedade. As esferas de influência desses recursos teriam que ser postas em equilíbrio. Eis o que quero dizer: o poder de integração social da solidariedade (mundo social da vida) deveria ser capaz de resistir às forças dos outros recursos, dinheiro e poder administrativo. Pois bem, os domínios da vida especializados em transmitir valores tradicionais e conhecimentos culturais, em integrar grupos e em socializar conhecimentos, sempre dependeram da solidariedade. Mas desta fonte também teria que brotar uma formação política de vontade que exercesse influência sobre a demarcação de fronteiras e o intercâmbio existente entre essas áreas da vida comunicativamente estruturadas, de um lado, e Estado e Economia, de outro lado (HABERMAS, 1987, p. 112).

Ou seja, temos o Estado enquanto instituição central que regula normas sociais e de outro lado a sociedade a qual compomos, e essa relação de poder deve ser racionalizada para que os mecanismos de normatização imperem com as determinações e anseios sociais. Neste ponto chegamos então à participação social, esta que não se dá de maneira involuntária e sim pelas condicionantes dadas em cada modo de produção, no nosso caso condicionado pelo mais perverso sistema capitalista de acumulação do lucro produzido através da mais-valia.

Para Azevedo (2013), quer de forma singular, pela implementação de políticas públicas ou da qualidade social no seu cotidiano, quer coletivamente, por meio da participação dos seus organismos representativos nas várias instâncias de relação social, os sujeitos assumem responsabilização no que concerne ao bem comum e a coisa pública, no entanto, o Estado deve gerir recursos estratégicos em sua forma política para que de fato as ações consensuais ocorram entre o Estado como formulador de bens sociais, e a sociedade civil como ente alvejado.

#### **2.4 Amazônia Tocantina: particularidade socioambiental**

Ao tratar da Amazônia, “logo a memória nos remete como trecho do espaço físico brasileiro marcado profundamente pelas águas da bacia amazônica e coberto por uma densa e alta floresta” (NUNES, 2012, p. 152), essas são as características naturais da Amazônia que é homogeneizada em discursos para quem desconhece este ambiente já no interior desta emerge outras formulações vindas de seus atores sociais.

Trata-se de um espaço em transformações de seu caráter natural pelo social, político, cultural e principalmente econômico. Um espaço territorial interligado as demais regiões brasileiras e ao mundo com múltiplas dimensões e significados, tempos e espaços diferentes, todos construídos pelos atores com sua forma de sentir e se apropriar dessa região, o que demanda esforço para “entender a sua complexidade” (PORTO-GONGALVES, 2015, p. 66).

Para Nunes (2012), conceituar a Amazônia é uma ação muito difícil com populações lutando por seus modos de vida tradicional, hábitos, costumes gerações por gerações; características heterogêneas de territórios de águas; várzeas e os mais diversificados cenários florestais, com espaços de poder e cobiça econômica diante de uma profunda riqueza hidrográfica, mineralógica, madeireira e de produtos das florestas.

Nesse interim, os territórios amazônicos acumulam lutas históricas pela sobrevivência das populações tradicionais e migrantes que se deslocam para suas regiões (COSTA, ROCHA, 2017). O território que imergimos é cortado pelo rio Tocantins, o terceiro e mais importantes espaços hídrico do Brasil. O cuidado tido é de não homogeneização desse espaço, tanto pelas suas características naturais, quando das relações de poder, principalmente econômico de suas regiões.

O extremo norte brasileiro sempre foi área de cobiça pelo grande capital, tanto nacional quanto estrangeiro. Os projetos “desenvolvimentistas” hidro-mineralógicos e de exploração das florestas cresce sem precedentes (ALMEIDA, 2010), o que nos coloca com função social e acadêmica de refletir para quem é esse desenvolvimento?

Compreender este espaço em sua magnitude nos exigiria muito mais esforço, tempo e densidade de pesquisa, porém, no alocamos no tempo de asserção em refletir o território que se constitui como “Amazônia Tocantina”, ambiente de materialização de nossa vida e deste trabalho.

A região da Amazônia Tocantina é centro de um eixo como já citamos anteriormente, com projetos subliminares para suas populações que tendem a devastar os espaços sócio-naturais. Para Pereira (2012, p. 200), “A expressão Amazônia Tocantina é uma designação que se insere, se inscreve e se refere a uma área territorial do Pará estruturada em torno do rio Tocantins que foi regionalizada de diferentes maneiras.

Segundo Nunes (2012), que realizou um resgate histórico e trouxe o momento em que o termo foi produzido, faz referência a estratégias utilizadas pelo governo

brasileiro no Século XIX para proteger a região do rio Tocantins, como o implemento de duas vias, uma em manter a área silenciada para não chamar atenção dos ingleses e norte-americanos que se lançavam em disputa internacionais para apropriação colonizadora e de exploração de riquezas. Outra, utilizar a via de navegação vista “como estrategicamente importante para interligar a região do extremo Norte do país as áreas do Sudeste e Sul” (NUNES, 2012, p. 159), haja vista sair menos oneroso ao governo o transporte de matérias-primas por hidrovias, fazendo com que o império expandisse um ar de magnitude por conseguir controlar as extensas áreas de terras brasileiras. “Neste aspecto, os dirigentes políticos do Império brasileiro delimitavam a região do Tocantins, Amazônia Tocantina, como estratégica para manutenção do território e conseqüentemente evitando qualquer fissura no espaço brasileiro” (NUNES, 2012, p. 161).

O processo colonial brasileiro na região Tocantina não demonstrava nenhuma preocupação real com seus espaços de produção e reprodução de vida, seus costumes, subjetividades e acima de tudo de expropriação de seus direitos ao uso da terra e da água que sempre foram elementos de sobrevivências dos povos amazônidas. Posto que em seus percursos históricos essas assimetrias sempre foram marcantes, Porto-Gonçalves (2015) reflete que de um lado existia povos que “se organiza através do rio, desde o chamado “ciclo das drogas do sertão”. De outro, o padrão que se estrutura a partir da estrada, inspirado em razões geopolíticas” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 81), processando assim, o modelo que conhecemos de mediações socioespaciais de rios e terras firmes da Amazônia.

Figurando na atuação dos movimentos que se destacam no bojo de garantia de direitos. Na compreensão de Sablayrolles et al. (2006, p. 07), apresentamos algumas informações sobre a região:

A microrregião do baixo Tocantins é uma zona de ocupação antiga, desprovida de indústria, cuja principal atividade é a agricultura familiar. Composta quase que exclusivamente de pequenas atividades agrícolas familiares divididas em duas zonas agroecológicas: A zona de terra firme, região onde vive a metade da população rural. A zona das ilhas, no meio e na margem dos rios que representam a outra metade da população rural. As casas são construídas em palafitas e os deslocamentos são realizados em canoas. A inundação das terras em cada maré limita a possibilidade de cultura nas margens. [...] A população não tem uma forte tradição agrícola, mas uma prática extrativista. Geralmente, consideram a natureza como uma fonte inesgotável de recursos. Nas ilhas, o sistema de produção é totalmente extrativista e baseado na coleta, na pesca e na exploração de madeira. Em terra firme o sistema é completamente misto: coleta, caça extração da

madeira, complementados com a cultura da mandioca. (SABLAYROLLES et al., 2006, p. 07).

Nesta afirmação podemos perceber que ainda existe uma afirmação genérica sobre os conceitos de territórios. Ao tratar sobre o conceito de Amazônia Tocantina Pereira (2012) expõe que as referências sobre o território do rio Tocantins se constituem com múltiplos e vários significados que não se homogeneízam e apresentam diversas concepções como as antíteses da classificação do IBGE, do governo do estado do Pará, da igreja católica por meio da Prelazia de Cametá, da Eletronorte ao mencionar os municípios a Jusante da hidrelétrica, tampouco é o mesmo tipo de designação dado pelos movimentos sociais devido a luta dos trabalhadores na região.

Segundo o autor, trata-se de uma “expressão que, de certa forma, confronta a lógica de regionalização estatal – em geral vertical –, dando ênfase às horizontalidades dos movimentos e processos histórico-sociais de constituição de grupos sociais e suas territorialidades” (PEREIRA, 2012, p. 200).

Com o enfoque dado as questões ambientais no território do baixo Tocantins, é importante registrar a presença de habitantes que estão no interior desses espaços, e que constituem estas áreas em disputa, como as populações remanescentes de quilombolas, os pescadores artesanais, pequenos agricultores, extrativistas e os povos indígenas (atualmente em território do município de Tucuruí), fato que Porto-Gonçalves (2015) faz duras críticas, afirmando que no país os povos originários não “tem expressiva relevância demográfica” (PORTO-GONÇALVES 2015, p. 70). As lutas sociais na região do Tocantins remetem a um processo histórico que datam desde a colonização da Amazônia, demarcado pelo latifúndio e grilagem de terras públicas.

Para Pereira (2012), no período ditatorial, a obra da UHT dividi as populações entre duas áreas, a jusante dos rios, as oligarquias locais baseadas em suas formações tradicionais e conseqüente seus descendentes da região, – no montante, os migrantes de outras regiões do país e a populações locais. O padrão de ocupação estabelecido pelo Estado em busca de uma nova fronteira energética foi contraditório e segregador para os habitantes da região. (COSTA; ROCHA, 2017, p. 58).

Apesar dos grandes empreendimentos, as populações desses municípios, principalmente os camponeses e ribeirinhos, não receberam essas transformações de maneira intacta, fruto disso são as fortes pressões populares para que os direitos de

uso fruto desse chamado “desenvolvimento” pudesse ser alcançados por essas populações.

Na região, a barragem das águas pela construção da hidrelétrica em Tucuruí tornou-se o maior causador de mudanças econômicas nos municípios ribeirinhos jusantes a usina, isso fica evidenciado em pesquisas realizadas na região, onde o “[...] maior impacto foi causado sobre o estoque natural do pescado, que levou os ribeirinhos a adotarem práticas chamadas por eles predatórias (citam especialmente o puçá) para garantirem sua sobrevivência” (SIMÕES et al., 2014, p. 60), a problemática gira em torno do impedimento dos peixes subirem as águas para reprodução, diante disso a produção do pescado diminuiu drasticamente nesses espaços, e os processos de acordo de pesca surgiram com vista a suprir essas problemáticas de manutenção do pescado.

A expansão do linhão de Tucuruí para as cidades afetadas, a indenização e aplicação de recursos devido aos impactos ambientais gerados pela construção da barragem, além de compensação via políticas públicas para equilibrar os déficits sociais, são densamente exigidos. Esses impactos fazem com que o “território adquira significados divergentes para o capital e para os atingidos pelos grandes projetos. Ao primeiro grupo é um território de recursos naturais, poder e força, [...] para o segundo grupo é um território de ações, trabalho, vida e símbolos (COSTA; ROCHA, 2017, p. 50).

Portanto, comungamos com Pereira (2012, p. 212) sobre as ações ético-políticas que devemos travar, no sentido de “pensarmos e lutarmos por políticas territoriais para Amazônia Tocantina que levem em conta o envolvimento sócioespacial, em um sentido político e cultural, os regimes de regulação da sociabilidade e as territorialidades dos grupos sociais”. Contudo, é uma construção que não tem tempo para acabar, mas a consciência de que a “a superação da crise civilizatória deve começar com a superação do capitalismo como forma histórica que, hoje, nos ameaça a todos e todas” (PORTO-GONÇAVES, 2015, p. 88).

### **3 O CASO DO CONSELHO GESTOR: GESTÃO SOCIAL DA RESERVA E A PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS**

Ao longo deste texto busca-se adentrar a impasses que emergem como pauta para reuniões do conselho deliberativo na produção de um parâmetro institucional e jurídico que demarque direitos e deveres as populações da RESEX.

No entanto, não se observa de quem é o papel fundante, se do Estado por ser a instituição que deve gerar políticas e conseqüentemente suas regras, ou, outra gênese vinda da população que detém a compreensão da área e a necessidade de sobrevivência na RESEX. Ao que se tem como informação são de atores com funções deliberativas e responsabilidades do desenvolvimento de um objeto que lhes são comuns: o plano de manejo.

Neste sentido, dá-se início as argumentações pensando o movimento do objeto de estudo e uma tentativa de síntese mais próxima de explicar o que tem inviabilizado a consolidação deste problema por mais de uma década nesta RESEX. Constrói-se, portanto, uma dinâmica de observações junto a reuniões do conselho deliberativo.

Os dados estão organizados em ordens de registro das reuniões e nas temáticas da pesquisa.

Iniciamos pelos registros da 15<sup>o</sup> (décima quinta) reunião ordinária do conselho deliberativo da reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, que ocorreu no dia 05 de julho de 2018, no Barracão Comunitário da comunidade de Anilzinho com início às 9h da manhã. A Pauta da reunião tratava-se da discussão sobre o reconhecimento de Território Quilombola, precisamente da comunidade de Anilzinho, e os trabalhos de planejamento para a construção do Plano de Manejo da reserva.

Observou-se um clima de ausências de representações: Prefeitura de Baião via Secretaria de Agricultura e membro no conselho; o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município; o CNS e algumas representatividades de comunidades e associações constituintes da RESEX, estes como membros conselheiros titulares e suplentes. Mesmo assim, a reunião se compôs pelas representações da comunidade de Anilzinho, Espírito Santo, Assentamento Fé em Deus, Xininga, associação ASSORIANORTE, representante do ICMBio sede Brasília, coordenador geral do ICMBio da 4<sup>a</sup> coordenação regional no Pará, a chefia do órgão (ICMBio) da RESEX que preside o conselho deliberativo, representantes do INCRA

de Belém, representante do INCRA de Brasília e representantes do ITERPA e ELETRONORTE.

Dando-se início a reunião e após falas de abertura, um dos inscitos para interlocução procede argumentação, registrado no diário de campo 2018 e na pesquisa como informante verbal P03, em tom exaltado demonstrando sua insatisfação em relação ao descaso a ATREPREA (considerada associação mãe com a criação da RESEX), por hora fora do Conselho Gestor e substituída pela associação ATAEPAVA, sem o conhecimento e consentimento da Comunidade de Anilzinho, diz ele. Justificou que a ATREPEA foi criada justamente pela necessidade de se ter uma associação mãe para compor o Conselho e os processos de Gestão após a criação da RESEX, porém, devido alguns presidentes anteriores terem contraído dívidas, deixou a associação inadimplente, e agora, ao invés de procurarem solucionar e recuperar a associação mãe preferiram descartá-la e tirá-la do conselho, numa falta de esforços para retomar aquilo que já existia.

Prosseguindo essa argumentação, P03, informa que um grupo de comunitários interessados em recuperar a representatividade da ATREPREA foram em busca de soluções para pagar as dívidas desta, conseguindo arrecadar recursos e quitar o débito, agora, não mais na ilegalidade, afirmando documentação em dia e apta para garantir sua vaga no Conselho Deliberativo novamente. (P03, Informação Verbal – Diário de Campo 2018).

Porém contra argumenta um novo informante, P04, presente neste contexto, afirmando que seria possível a entrada da associação mãe como membro, mediante o pedido formal por parte de seus representantes manifestando o interesse de participar novamente do Conselho Deliberativo, porém se fazia necessário aguardar o final do mandato da composição do CD em vigência. (Informação Verbal – Diário de Campo 2018).

Assim passa-se a segunda pauta que tratava de uma reivindicação da comunidade de Anilzinho ao se considerarem remanescentes de quilombolas – logo há em voga, um clima de reivindicação identitária e reconhecimento territorial que controverte a retomada de um novo processo de reorganização territorial de abrangência da RESEX como está instituída. Juridicamente considera-se que já houve uma leitura tendo a comunidade de Anilzinho sido definida como área da reserva e, segundo a representante do INCRA ali presente no momento da reunião, esclareceu que não existirá conflito em serem reconhecidos como quilombola, porém,

não se removerá o fato como pertencentes a reserva extrativista, justamente por não haver incompatibilidade neste aspecto.

Historicamente, pós criação das reservas extrativistas não se tomou conhecimento que já tenha ocorrido a destituição ou desmembramento de áreas inclusas a criação deste tipo de instituição.

Talvez o que queira buscar a comunidade de Anilzinho, por parte de alguns comunitários que almejam o reconhecimento de território quilombola e com a insatisfação da morosidade de ações que respondam aos seus anseios dentro do que cabe a uma Reserva Extrativista, em garantir seus direitos que por hora ainda veem sendo ameaçados com as questões de cunho agrário, é no viés de buscar mais uma alternativa de possibilidade para alcançarem ações afirmativas quilombolas, sobretudo de suas terras, conforme relata o informante P1: “sempre estamos lutando com esse negócio de reserva, eu quero ter uma propriedade que seja minha, eu quero que defina o que é nosso, para podermos lidar com as pessoas de fora”. Informação Verbal – Diário de Campo 2018.

O informante P01 ainda relatou que um grupo de pessoas do qual ele se inseria no momento, protocolaram no ano de 2000 no ITERPA, um pedido de reconhecimento da área do Anilzinho como Território Quilombola. Demonstrando assim, que a Comunidade de Anilzinho a bastante tempo busca seu reconhecimento e a titulação como terras Quilombolas. Por fim a essas observações nesta reunião do conselho deliberativo de julho de 2018, o plano de manejo, que seria uma das pautas, não teve a devida atenção diante do que já evidenciamos.

Na 16<sup>o</sup> (décima sexta reunião), realizada na comunidade do KM 80, no dia 11 de dezembro de 2018, o objetivo desta se dava pela busca de tirar dúvidas geradas sobre o processo de definição em demarcação de áreas de uso comum e entender o uso das comunidades visto o processo de construção iniciado para reconhecimento do Território Quilombola-TQ, este denominado como TQ Fugido do Rio Tucunaré, então neste momento da reunião se teriam esclarecimentos sob processo de demarcação. Estiveram presentes as comunidades de Joana Peres, Anilzinho, Xininga, Espírito Santo, Fé em Deus, Rua do Fogo, Santa Rosa, ICMBIO, o Procurador do Ministério Público Federal, o INEAF da UFPA, Secretaria Municipal de Agricultura de Baião, STTR de Baião, INCRA e representante da Pastoral da Terra.

O antropólogo presente do INCRA falou dos processos já iniciados da delimitação do território quilombola e os passos que ainda necessitariam serem

cumpridos. Didaticamente, foram expostas por um banner as etapas do trabalho, com imagens ampliadas em gráficos das áreas e apresentação oral de informações consideradas no processo.

Diante desses considerados avanços em que se encontram as reivindicações das comunidades, registrou-se alguns, a exemplo da comunidade do Espírito Santo que em 2001 solicitou junto ao ITERPA e INCRA o reconhecimento como assentamento da reforma agrária. Em 2002 a Comunidade de Lucas foi contemplada com título da terra junto ao INCRA e, posteriormente, em 2005 a consolidação de maior abrangência com Governo Federal permitindo a criação da RESEX Ipaú-Anilzinho.

Mas como se observa a grande questão que precisa de andamento se concentra na construção do plano de manejo, este tendo uma proposta elaborada em 2008 e não aprovada como citado anteriormente neste trabalho, seguindo a narrativa do representante do INCRA, no ano de 2014, foi construído um memorial com conversas e diálogos entre as famílias, levantamentos de dados bibliográficos e documental, assim como, realizou-se oficinas para finalizar o croqui da área de manejo, porém até o presente momento não se chegou a uma perspectiva de resolução.

O que possivelmente com isto, poderia solucionar problemas como o relatado pelo informante P05, interrompendo a fala do antropólogo do INCRA, dizendo que houve alguns episódios de comunitários de Anilzinho entrarem na área do Xininga para extraírem produtos da floresta nas áreas que ficam sob seu território, o que causou desavença entre os moradores (Informação Verbal – Diário de Campo 2018<sup>5</sup>). Retrucando a isso, o participante da Comunidade de Anilzinho (P06) pede mais respeito pela forma ofensiva com que o morador do Xininga se refere a eles. E confirma que ocorreu sim momentos em que foram pescar e coletaram castanhas na referida comunidade, foi um erro, mas que não devem ser tratados como “ladrão”. (Informação Verbal – Diário de Campo 2018).

Esses fatos coadunam devido a não definição das áreas de uso comum para as comunidades da reserva. O procurador federal destacou a necessidade das comunidades se unirem para viverem de forma digna. Ao invés de gerarem conflitos por posse do território, enfatizando que visto a situação atual de possíveis retrocessos

---

<sup>5</sup> 16º Reunião ordinária do conselho deliberativo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, esta foi realizada no dia 11 de dezembro de 2018.

diante das políticas do governo Federal, sob direitos que já se fazem garantidos aos povos tradicionais. Assim como, relata sobre a necessidade da urgência do Plano de Manejo, pois este é um documento onde as comunidades definem os acordos de uso do território, contemplando seus modos de vida em que há décadas as comunidades acumulam seus costumes e trabalho com a terra. Destaca ainda que os comunitários não precisam esperar a delimitação de terras, visto a grande burocracia e emparelhamento do Estado nas questões administrativas. Ainda acrescentou, que as comunidades devem denunciar no Ministério Público Federal para a retirada de moradores da área que não tenham o direito de estar usufruindo por não serem populações que há tempos compunham a reserva.

Com fala concedida, o informante P02, da Comunidade de Anilzinho faz um desabafo, e diz que as comunidades que são tradicionais sempre extraíam a Castanha-do-Pará e que atualmente estão tendo suas terras invadidas por grileiros, dificultando o modo de vida de quem vive da extração da castanha. Ressaltou que deve haver a contrapartida do governo para fiscalizar a área e afirmou: “Sabemos que estamos dentro de uma área de preservação, mas onde está a contrapartida? Pois, na RESEX existem pais de família, pequenos agricultores, e cadê o fomento, o manejo?” (Informação Verbal – Diário de Campo 2018), P02 se refere a projetos de financiamentos como políticas públicas que devem serem investidos como oportunidade de geração de renda aos moradores. Continua dizendo que os moradores da área são pobres, negros e sem oportunidades, e vivem sofrendo por ameaças devido possuírem as terras.

Ainda fala (P02) sobre área que são proibidos de exercer atividade da pesca artesanal sob domínio da comunidade de Lucas, e propõe que o ICMBIO, o Procurador da república intervenha nessa comunidade, pois “conquistaram as terras a peso de sangue de muitos moradores, dos quais alguns já faleceram, e que fizeram parte na luta pelas terras”, logo cobra uma resposta condizente com a coletividade dos recursos naturais inscritos no que uma RESEX se propõe a contemplar. Para tanto, conclama: “Cadê o Gestor do ICMBIO? do IBAMA? cadê o INCRA? cadê esse pessoal?”, assim, descreve que sempre ouve a fala “é que eles tem que ir atrás por conta própria”, e continua sua fala, que se ele soubesse fazer projeto, ir atrás, ele não precisaria de mais ninguém lá na RESEX e que como a população na sua maioria são leigos em muitos assuntos, afirma que precisam de instruções (Informação Verbal – Diário de Campo 2018).

Nesse sentido, observa-se algo de nebuloso para com a criação e consolidação de um plano de manejo no interior desta RESEX pois, ao mesmo tempo que há uma corrente de forças propulsoras, ICMBIO, IBAMA, INCRA, e o próprio ministério público, capazes de trazer um delineamento para as contradições evidenciadas, a solução se enverada para um complexo, pois identifica-se os atores e pouquíssimas ações são produzidas. Assim retruca o informante (P02) “na Prefeitura de Baião, o pessoal, na pessoa do secretário de saúde fez as pessoas da reserva engolirem goela abaixo que a UBS que eles têm lá (Anilzinho) tem que acabar. Sendo que a comunidade de Joana Peres fica a 50, 60 Km e tem seus atendimentos, porque Anilzinho não pode ter a sua? Só Joana Peres tem! E eles (Anilzinho)?” (Informação Verbal – Diário de Campo 2018). E ainda vai mais além:

“Qual o verdadeiro sentido de preservar? Em São Paulo, em Belém, no Rio de Janeiro, lá no continente Europeu, tem os fiscais da preservação, eles estão comendo e bebendo do melhor, andando nos seus carros, tendo oportunidades e um excelente padrão de vida, enquanto nós não pode criar nenhuma cabeça de gado. É o sentido de preservar?” [...] “a comunidade de Lucas é uma facção criminosa, e que as autoridades não tem interesse em resolver. Assim eles têm que acreditar que o crime compensa, eles de lá falam que lá no Lucas

É uma seita. E que muitos chefes das facções estão presos, e só a de Lucas estão soltos” [...] “as coisas não são como há 20 anos atrás, mas cada vez tem que se buscarem sentar e dialogar, que a briga deles não tem que ser entre eles. É necessário ter respeito e fazerem bons acordos pelo bem das comunidades” (Informação Verbal – Diário de Campo 2018).

Nesse contexto, apesar desta 16<sup>o</sup> (décima sexta) reunião aparentar bastante conturbada para os objetivos auferidos pela sua gestão serviu para demonstrar uma complexidade de fatores envolvidos sob impasses pós criação da RESEX. Podendo ser pontuadas: 01) A falta de compromisso de algumas entidades em não assumirem com suas responsabilidades dentro do conselho deliberativo; 02) A necessidade de empoderamento dos conselheiros, para se posicionarem e apresentarem suas opiniões de forma propositiva que garantam as discussões no debate; 03) a necessidade de algumas comunidades se aceitarem e se visualizarem como parte integrante da unidade de conservação; 04) a proposição de fato de um Plano de Manejo para RESEX, na solução de conflitos e orientações para usufruto dos bens comuns; 05) a permanência de algumas comunidades com práticas contrárias aos princípios e objetivos da RESEX e do SNUC.

Cunha (2004, p.22) pensando a reprodução da mentalidade capitalista observa que há pouco interesse nos debates sobre recursos comuns que envolvem “[...] à influência dos processos socioeconômicos dominantes na sociedade nas iniciativas locais de reestruturação do manejo dos recursos naturais”. Como foi evidenciado nos relatos das reuniões do conselho, existe uma falta de consenso sobre o uso coletivo dos produtos da natureza e um caminhar para invenção de diferentes modelos de propriedade privadas das relações estabelecidas em sociedade, assim considera-se as proibitivas regras criadas pela comunidade de Lucas, ou o forjamento identitário das comunidades quilombolas e outras vozes não evidenciadas sob negação de comunidades tradicionais e do seu modelo organizativo que propuseram o sentido para a existência do que se convencionou denominar por RESEX.

### **3.1 Particularidades do caso: o Plano de Manejo, contradições histórico-ambientais para gestão da RESEX**

A gestão da RESEX pelo objeto que se busca analisar não se isola a compreensão do conceito de meio ambiente. A instauração da lei do SNUC com um conjunto de regras que devem ser materializadas no cumprimento do Art. 225 da CF/1988, tem como garantia a conservação da sócio-biodiversidade brasileira, e, neste contexto, um bioma amazônico imerso em diferentes formas de apropriações.

Estudos de Costa (2014), sobre políticas públicas em área de RESEX, apontam que o cumprimento e manutenção das normas geradas pela criação da reserva dependem da materialização de ações tanto para melhorar processos de gestão, administração, autoreflexão, quanto para explicitar os diferentes interesses que se sobrepõe na consolidação da UC.

O informante Padre Geraldinho traz como referência a existência de alguns entraves que tem se sobreposto atualmente aos interesses da RESEX. De um lado a relação entre Agricultura Familiar x Agronegócio (Agropecuária) fruto da inoperância definitiva dos órgãos públicos competentes para indenizar o latifundiário presente neste ambiente.

os conflitos [...] com fazendeiro, tem fazendeiro ainda num tá indenizado. Ele ainda tem o poder da área e de ele ainda colocar algumas regras que não era pra ter mais né, [...] ele ainda tem autonomia para ele fazer o que bem quer, porque a terra ainda não tá na nossa mão, [...] porque hoje nós temos uma lei que obriga ser uma reserva extrativista aqui. [...] nos chegar e falar a terra

que era da fazenda “Galete” é nossa, [...] porque ainda não foi a parte indenizatória [...] então pra mim esse ainda é o maior conflito que ainda tem.

De outro, as próprias divergências internas dos moradores que não conseguem ter autocontrole da importância do cumprimento dos acordos:

[...] há muito conflito porque há muita pesca predatória[...] é formulado a lei da comunidade e colocado pra todo mundo aprovar, noventa... setenta por cento da comunidade aprova as leis, mas quando chega na hora da prática, a comunidade não consegue é colocar em pratica aquilo que ela mesmo aprova. Porque nós temos um grupo pequeno, eles são uma minoria, mais eles acabam vencendo porque eles começam a ameaçar quem tá na liderança.

Para tanto, essas problematizações que na sua solução poderia fortalecer processos de gestão transformadoras, acabam fortalecendo teorias como suscita estudos de Cunha (2004), sobre Hardin (1980), em que o resultado último da relação estabelecida entre usuários de recursos comuns seria a degradação em massa, uma alusão a proposição teórica conhecida como “a tragédia dos comuns” ou do total esgotamentos dos recursos naturais.

Saviani (2011) nos chama atenção para dois distintos momentos no processo educacional, tomados neste estudo como forma de enxergar uma alternativa a processos de gestões coletivas, a socialização do saber e a produção do conhecimento. Se compreendermos a segunda perspectiva pode-se argumentar que a indissociabilidade da relação entre homem e natureza pode criar modelos de gestão capaz de regular o acesso e uso de recursos comuns. Por outro lado, Cunha (2004) constata uma leitura que nos leva a pensar, a desobediência aos acordos coletivos dos sujeitos na RESEX, uma outra formulação epistemológica funda na “teoria da escolha racional” (BAERT, 1997), que apontam a racionalidade individual como primeiro ato da ação humana. Logicamente, uma inverdade para o desenvolvimento humano, mas claro desenvolvimento de comportamentos de atores atrelados a racionalidade do modo de produção do capital.

Essa reflexão tem uma importância vital para o estudo da gestão ambiental e sua construção para um posicionamento crítico, pois a RESEX surgiu em meio a conflitos de natureza socioambientais que envolveram grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso, e significação do território, tendo origem os conflitos quando pelo menos um dos grupos, tem a continuidade do desenvolvimento das formas sociais de apropriação do meio que ocupam, ameaçadas por impactos

indesejáveis decorrentes do exercício de práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004).

E apesar de vasto estudo técnico de impactos que descreve todas as particularidades da área, dando bases para que seja visualizado os impactos de uma determinada região (populações humanas, fauna e flora) e para dizer se é apta ou não a instituição da RESEX, pouco conseguiu se avançar quanto ao Plano de Manejo, planejamento de ações e atividades programadas que devem ocorrer pós criação da RESEX.

Ao nos determos em nosso *locus* – tomando as pesquisas científicas realizadas na área, temos como informação a não aprovação do respectivo plano de manejo da Reserva Ipaú-Anilzinho. Sobre isso Moraes (2016) esclarece:

Sobre o Plano de Manejo da RESEX é de conhecimento como mencionado anteriormente que o mesmo não foi publicado por falta de informações necessárias na sua constituição, portanto, um dos mais importantes instrumentos de gestão e de direcionamento da UC não existe formalmente, inviabilizando diversas práticas que devam ser por ele orientada. (MORAES, 2016, p. 112-113).

Silva et. al. (2013) vai mais além e fala da responsabilidade do conselho deliberativo em materializar o que esse documento orienta, o conselho gestor e o plano como peças fundantes da gestão “[...] acredita-se que enquanto não forem instituídas essas duas ferramentas de gestão, pouco ou quase nada será mudado no status quo vigentes nessas Reservas” (SILVA et. al., 2013, p. 05).

Quando afirmamos que as questões ligadas à gestão ambiental se apresentam como um campo vasto e extenso e criamos um “link” para demonstrar como isso se materializa através do plano de manejo, voltamos para outra produção realizada na área da Reserva Ipaú-Anilzinho, e que tem por foco os processos educativos. Vejamos o que afirma Pompeu (2017).

A ausência do plano de manejo expõe para o contexto escolar a falta de implementação de uma forma de raciocinar a relação: conhecimento tradicional x cultura moderna, quando se pensa na consolidação de uma reserva extrativista. O plano de manejo, como suscita o I 04 serve: “[...] para que possa ser delimitada aquilo que se fosse fazer, como, derrubar em pequenas escalas, fazer um roçado pequeno, para que possa conscientizar a população de modo geral como fazer o manejo pra sustentabilidade [...]”. (POMPEU, 2017, p. 102).

Nessa perspectiva ficam claras as questões que envolve não só a gestão em si, mas o seu caráter de implicação socioeducacional, pois, trata-se de pensar a organização do conselho gestor da RESEX visando temas como a sustentabilidade local. No diário de campo ainda na 16<sup>o</sup> reunião ordinária do conselho gestor, um dos representantes da comunidade de Anilzinho, apelou ao ICMBIO, para apresentar uma proposta de consolidação do plano, afirmando que “o plano de manejo, é o ‘bê-á-bá’ da unidade de conservação” (P02, Informação Verbal<sup>6</sup>).

O participante ainda relata que desde que a RESEX foi criada em 2005, já se passaram mais de 14 anos e a mesma ainda não possui o plano de manejo. Assim não sabem o que pode e o que não podem fazer (P02, Informação Verbal). Isso demonstrou que membros do conselho tem consciência da importância do plano, mas não conseguem materializá-lo no sentido de sua elaboração. Uma hipótese levantada é que não houve a realização do adequado estudo técnico na área da reserva e seu entorno, bem como a não participação efetiva das populações em consultas públicas como define os atos de construção dos planos de manejo.

Em acesso ao documento (Plano de Manejo – BRASIL, 2008) podemos perceber que não há clareza nos procedimentos metodológicos que nortearam a construção da 1<sup>o</sup> versão do Plano que não foi aprovado, vejamos a citação a seguir:

Os dados socioeconômicos e ambientais de fontes primárias e o Zoneamento da Unidade foram obtidos por uma equipe de consultoria no decorrer de atividades de **Diagnóstico Rápido e Participativo** realizadas em oficinas com grupo de trabalho, constituído por representantes das comunidades extrativistas (ATREPREA, ASTRUL, ATREPAVA, ATTRES, Associação dos Km 70 a 80 da Transcametá, AMPAJOP e comunidade do Xininga) e trabalhos de campo, desenvolvidas na Unidade em fevereiro e julho de 2008 (BRASIL, 2008, p. 10, Não Publicado – grifo nosso).

Analisando o registro do plano de manejo não publicado (BRASIL, 2008), podemos refletir algumas colocações, porque dá não aprovação do documento. De início se menciona que os dados socioeconômicos e o zoneamento foram dispostos por uma *equipe de consultoria* e realizados de *forma rápida*. No Art. 23 da CF/1988, incisos I, III, VI, VII, e seu parágrafo único, os estudos técnicos e de zoneamento deveriam ser instituídos de *forma cooperada* entre os entes federativos e de acordo com as normas do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Além do mais, a

---

<sup>6</sup> Relato registrado na 16<sup>o</sup> reunião ordinária do conselho gestor durante a observação participante no KM 80 em 11 de dezembro de 2018.

consulta pública se deteve em períodos pontuais, paralelo a reunião do conselho deliberativo e não em ações específicas dos estudos técnicos.

Ao analisar as representações que participaram da consulta, pondera-se que não houve participação de todas as comunidades e sujeitos que compõe a reserva, salientado que a UC possui em sua área 06 comunidades registradas oficialmente no decreto de criação: Joana Peres, Anilzinho, Espírito Santo, Fé em Deus, Lucas e Xininga, além de outro povoado e vilarejo que não foi incluso, mas que fazem parte do território da RESEX e participam das reuniões do conselho gestor, o caso da comunidade Santa Rosa.

Durante toda a análise do Plano de Manejo não aprovado, identificamos diversos dados descritivos sobre os aspectos da RESEX e captados de diversas fontes (IBGE, IBAMA, CNPT, ITERPA, etc.), porém, estes foram irrisórios que não consistiram em aprofundamento técnico-científico que comprovasse a real condição que a reserva se apresentava, descritos como os processos educativos das comunidades, as relações de trabalho e renda, saúde, habitação, entre outros (BRASIL, 2008, p. 10, Não Publicado).

Portanto, há a carência de um estudo detalhado e real da área que possa alinhar as relações histórico-sociais dos sujeitos com um caminho para o desenvolvimento socioambiental da RESEX. Nesse sentido, observa-se que a gestão da reserva deve expandir-se para uma análise histórico-crítica, dos aspectos econômicos, ambiental, social, etc. que na sua consolidação organizativa reflita a crise socioorganizacional instaurada no interior da RESEX.

### **3.2 Caso do conselho em discussão: impressão dos atores**

Informante Zé Cláudio ao ser solicitado a adentrar na atuação do Conselho Gestor da RESEX traz como descrição temporal sua participação por volta de 4(quatro anos) neste órgão deliberativo demonstrando uma impressão negativa quando faz menção as reuniões, onde, já se viu de tudo menos realização prática das propostas discutidas. “[...] tem os conselheiros, só que eles não desenvolvem aquilo que é pra desenvolver [...]”. Por outro lado, não ver com bons olhos o fato de ser um trabalho de cunho voluntário que exigem disponibilização de tempo e trabalho não pago. Assim argumenta:

Você vai, passa 2...3.. dias fora da sua casa, da sua família, lá a gente é bem tratado, mas você não trás uma “balinha” pros filhos, ai quando você chega, ainda tem que reunir toda a comunidade, fazer reunir, gastar, tirar 2.. 3.. 4... dias, assim como é que funciona dessa forma? Não tem como funcionar... então eu acredito que pra você ter força de trabalho, pra trabalhar em vontade, você teria que ser remunerado [...].

Neste sujeito observa-se o pouco entendimento detido sobre as relações sociopolíticas que emanam sobre a posição que ocupa e as possibilidades sobre si de decidir os rumos históricos da instituição que ele representa e o ambiente a qual produz sua sobrevivência. E passa-se a apreender sobre o limite da sua racionalidade social:

[...] na função de tudo! a mola é dinheiro, a mola é recurso, como é que tu têm uma família, como que tu pode devolver um trabalho dentro de uma comunidade se tu num ganha nada. Tu passa 2...3 dias...4 dia aí afora, aí em reuniões, sabe, quando chega você ainda empata 2..3 dias com a comunidade fazendo reunião a troco de quê??

Neste viés, a determinação do trabalho como valor de troca impera na cabeça deste sujeito, logicamente, este abandona o mundo real das relações homem/natureza, homem/classes sociais, Estado/sociedade civil e se apegua ao valor abstrato de uma mercadoria que se materializa no dinheiro, na finalidade economicista de sua existência. Não que este esteja errado pois, a sociabilidade que este adquiriu ao logo da vida lhe faz um ser pragmático em que os dias devem serem preenchidos com trabalho arduo e remunerado e suprimento da família. Essa relação se torna mais evidente ao proferir uma leitura comparativa sobre o conselho:

[...] aqui aquele negócio de trabalhar comunitariamente não funciona [...] O pessoal são individualista. E eu pra te falar a verdade eu num gosto também. As vezes nem com a própria família, num da certo. O pessoal tem um negócio de trabalhar comunitário, eu num, num, num, apoio não [...] eu conheço 2 famílias grande, pai, filhos, genros e outro tipo de coisa, trabalhando junto, o dia que um num vai, no dia que vai todo mundo [...] no dia que um ou dois num pode ir [...] num vou porque fulano não vai, isso ai é nosso. Entendeu! Então eu não acredito em coisa comunitária. Cada um tem que fazer o seu. Serviço comunitário é muito complicado.

Como se observa mais uma vez, a percepção empírica deste sujeito é quem demanda a sua consciência no conceito de coletividade e bem comum. Se na organização familiar não é possível, como este deixa bem claro, como poderá ser possível para uma RESEX. Aqui se evidencia uma contraditória indagação e a resposta como se observa neste estudo tem caminhado pelo fortalecimento negativo

desta construção quando se chega a mais de uma década de criação da RESEX e pouco ou nada se avançou na consolidação de um conselho que traga a construção primordial para os avanços de unidade de conservação que é seu plano de manejo.

Por outro lado, observa-se que se pensa em controverter a formulação do informante anterior há uma sensação de medo envolvido com atuação do cargo como suscita o informante Padre Geraldinho, membro do conselho por 3 (três) vezes e hoje suplente.

“Tu coloca tua vida em risco, tu coloca a vida dos teus filhos em risco, tu coloca a vida de outras pessoas em risco. [...] Chegar aqui em casa [...] olha fulano falou que se continuar isso que tá acontecendo aqui, que tá querendo proibir isso aqui, ele vai fazer alguma coisa pra ti ou pro teus filho, entendeu! Aí, o que que faz? A gente se fecha, a gente não tem garantia, de pedir do poder público uma segurança, dele poder dar uma segurança pra gente, e tu já viu que o Pará é o Estado que mais morre gente por conflito [...] então a gente tem medo de ser mais um da lista [...].

Na observação desse informante ele está atento a uma realidade frequente de assassinatos de líderes de movimentos sociais no estado do Pará e por mais preparado que esteja hoje pela experiência de três mandatos para desenvolver um bom trabalho, apesar de este, também, hoje ser suplente, faz a opção por não botar sua vida em risco, como ele menciona, “tem medo de ser mais um da lista” dos que perdem a vida tentando mudar a sua realidade social.

Uma outra problemática vinda deste informante Padre Geraldinho, é a falta de respeito dentro do próprio conselho quanto as pautas definidas para as reuniões:

[...] a reunião do conselho tem uma pauta, essa pauta não é respeitada pelos conselheiros [...] La no km 80 foi colocado uma pauta do que a gente vai fazer e é pulado por cima da regra [...] eles começam a pedir a palavra pra ir falar que o fulano não recebeu o seguro defeso, o fulano tá passando fome [...] num é aquilo que a gente tá tratando, a pauta da reunião daquele dia seria demarcação do território quilombola dentro da área da reserva. Nera! [...] começa uma “contenda”, a reunião não são “mastigado” a altura daquilo que nós precisa, [...]. a gente tá pedindo a parceria do IBAMA aqui dentro da unidade pra tentar diminuir o desmatamento fora da unidade, mais ainda é área de Joana Peres entendeu? [...] tomar providência porque o pessoal tão metendo mesmo a torta e o direita do desmatamento no meio do castanhal. Então isso tá prejudicando [...] porque o Rodrigo com a Lucélia tem autonomia dentro da área da unidade. Eles num tem autonomia de chegar a 10, a 15 quilômetro saindo do entorno.

No trato dessas informações observa-se que este membro do conselho tem discernimento do papel do conselho e de sua função em cumprir pautas que de fato

são importantes para o desenvolvimento da RESEX. Entende que na resolução de um problema de exploração da floresta, como o desmatamento, pode recorrer ao IBAMA, mas primeiramente vai levar a situação aos analistas do ICMBIO como ele mesmo cita: Rodrigo, Lucélia, para que estes possam intervir numa região que está sob o entorno da RESEX, como sugere, pode atuar 10 à 15 quilômetros fora, numa área que considera ainda sendo dá comunidade de Joana Peres.

Uma outra questão que muito se debate para que haja a consolidação da atuação do conselho esbarra na criação de um plano de manejo que também perpassa por uma perspectiva mais incisiva deste órgão no interior da RESEX. Sobre este assunto o informante Wilson Pinheiro membro do conselho gestor, considera que:

[...] plano de manejo [...] ele vai ajudar muito, porque são leis feitas pelos comunitários, pra nós mesmos, né, então depois dele tá reconhecido como regra nosso, ele terá que ser respeitado porque ele vai ficar na mão das autoridades e nós seremos cobrados pelo aquilo que a gente constituiu né, então, é mais ou menos isso.

Ciente deste instrumento de gestão ele continua a fazer reflexões sobre usar os benefícios da RESEX sem aquela mentalidade do esgotamento assim como ele observa com as pessoas que vem de fora (através do processo de vendas das terras realizadas por moradores da RESEX e que se sabe que é um processo ilegal, visto a reserva ser território da UNIÃO, apenas concedido o uso fruto para as populações), e “ eles pensam assim, eu tenho que usar tudo isso aqui que quando não tiver mais o que usar aqui, eu vendo pra outro e vou explorar um novo lugar” para combater essa postura faz uma distinção que tá na essência das RESEX “nós tradicionais [...] a gente pensa que a terra onde a gente mora é pra ela servi pra mim e é pra ela servir pro meu filho depois de mim, e pro filho do meu filho e assim se perpetua [...] logo, para este a RESEX lhe dá uma segurança que não finda em si mesmo mas, permite a perpetuação de seus descendentes reproduzirem suas existências, e reitera, “eu tive, foi alimentação foi terra pra trabalhar, foi tudo, isso eu tenho que deixar pros outros também” .

Portanto a produção de um plano de manejo torna-se tão significativa que o informante chega a formular uma tese sobre a correlação conselho gestor x plano de manejo:

[...] plano de manejo, junto como CCDRU e o perfil dos beneficiários que possibilita as políticas públicas chegarem aqui, elas vão acabar muito com esse conflito [...] estamos sem credito desde 2009 então isso ocasionou uma descredibilidade da parte dos comunitários né pra gente congregar em reunião,[...] a comunidade também ela cresceu, ficou muito grande, [...] a gente num consegue visitar todas as casas, as pessoas viraram também muito individualista, elas pensam naquilo muito imediato [...] já precisamos ter uma rádio comunitária aonde aquilo que tá chegando na comunidade [...] as pessoas possam ouvir do que se trata porque tem muito boato no meio das conversas verdadeiras [...] a mentira ela dispersas as pessoas, né, e a verdade ela tem o poder de congregar as pessoas [...].

Para ele a falta de benefícios condicionadas ao plano gestor tem produzido uma série de fatores que tem afastado a proximidade da comunidade com a crença naquilo que a RESEX pode proporcionar no que diz ao campo das políticas públicas e, logicamente, atendimento aos moradores que exacerbam seu individualismo para uma área pensada para os interesses coletivos.

### **3.3 A Cartografia Social como produto da pesquisa**

O curso de mestrado profissional se configura como um processo de formação que não se detém exclusivamente para o processo de pesquisa, sua particularidade está no término de produção da dissertação com a produção de um produto, oriundo do processo de pesquisa. Segundo Barros et al. (2005), esta modalidade foi adotada no Brasil no final da década de 90 e se consolidou com o objetivo de formar profissionais qualificados gerando conhecimentos nos campos tecnológicos, da saúde e das ciências humanas e sociais, dos quais atuam em empresas, instituições públicas, de saúde, no ensino, entre outras. Assim o autor descreve o mestrado profissional como uma modalidade que promove:

[...] a capacitação para a prática profissional transformadora por meio da incorporação do método científico. Volta-se para um público preferencialmente oriundo de fora da academia e destinado à gestão, produção e aplicação do conhecimento orientado para a pesquisa aplicada, a solução de problemas e a proposição de novas tecnologias e aperfeiçoamentos tecnológicos (BARROS et al., 2005, p. 131).

A terminalidade dessa modalidade é definida pelo fato de ao final do processo de pesquisa de um determinado objeto, construir além do trabalho dissertativo a produção de um produto de pesquisa consolidado, com vista a contribuir diretamente com o campo de pesquisa que o mestrado é proposto, no Art. 7, § 3º da Portaria

Normativa CAPES nº 17, de 28 de dezembro de 2009, estabelece diferentes formatos para o trabalho de conclusão final, em nosso caso específico trata-se de uma dissertação.

Neste sentido, para fins de consolidação do produto final de pesquisa com base nos dados produzidos durante a mesma, percebeu-se que ainda há necessidade de compreensão dos diversos espaços que compõe a RESEX que investigamos.

Assim a proposição como gesto concreto da pesquisa foi a construção de Croquis dos povoados da reserva, produzido por meio de mapeamento para a cartográfica participativa social. Ao tratar sobre croquis, estamos alinhando a produtos visuais planos que expressam uma determinada superfície, este, oriundo de produtos cartográficos, segundo o IBGE (2009, p. 16), “Por meio da cartografia, quaisquer levantamentos (ambientais, socioeconômicos, educacionais, de saúde, etc.) podem ser representados espacialmente, retratando a dimensão territorial, facilitando e tornando mais eficaz a sua compreensão”.

No entanto, como modalidade de pesquisa, a cartografia possui outras finalidades que não se resume a trabalhos técnicos. Essa técnica foi desenvolvida no intuito de mapear áreas e comunidades onde os dados primários são fornecidos pelos próprios sujeitos da região, possibilitando indicar seu cotidiano a partir de seu ponto de vista, registrando rios, igarapés, plantações, animais, pessoas, casa, meios de transportes, etc. A importância da cartografia social segue um contexto reflexivo que “gira em torno da possibilidade de construir uma ponte entre a denominada cartografia tradicional, ligada ao espaço cartesiano, e a cartografia social, que representa o espaço segundo os que o habitam” (PUSSININI; PIDORODESKI; TOLEDO, 2012, p.26). Trata-se de um trabalho que dá fidelidade e expressa a subjetividade das populações principalmente das áreas rurais.

O diferencial da proposição consistiu em identificar os pequenos povoados e vilarejos da Ipaú-Anilzinho, incluindo os não reconhecidos como constituintes da RESEX. Essa fundamentação não se propôs alterar as normas ou lei que criou a reserva, e sim, no intuito de indicar ao poder público e demais sujeitos da RESEX os espaços e populações existentes na área como documento formal oriundo de pesquisa científica.

A necessidade surgiu a partir da emergência de se pensar a mediação de impasses e conflitos que atingem dificuldades de avanços na realidade sócioorganizacional da RESEX, principalmente a construção do plano de manejo e

outros entraves como delimitação dos espaços naturais de uso comum, resolução sobre a presença de fazendeiro ocupando boa parte da RESEX, ocupações e vendas ilegais de terras, etc.

O processo de construção da cartografia social só se torna possível por uma abordagem qualitativa que envolva a participação dos atores sociais. No processo de construção deste produto elencamos 5 (cinco) ações que constituem o campo que Pussinini, Pidorodeski e Toledo (2012) resumem como 3 (três) momentos: a) o relato da memória histórica da comunidade, b) elaboração dos croquis de mapas e legendas e, c) sistematização dos dados. Nesse sentido, por tratar-se de um produto e um Estudo de Caso, nossa proposição agregou elementos e meios para potencializar ainda mais o produto.

Figura 1 - Croqui produzido pelas comunidades da RESEX



**Fonte:** Autora (2019).

Para a construção, foram adotadas sistematizações que buscaram articular os passos fundamentais para realizar a produção dos croquis, sendo estes: 1) Planejamento da ação, 2) seleção de comunidades e participantes, 3) Roda de conversa com os moradores das comunidades, 4) Produção manual dos croquis, e 5) tratamento e registro dos trabalhos com o apoio do LARC/NUMA/UFGA.

Ao planejar a ação com vista aos fundamentos da Cartografia Social como produto de pesquisa, construímos a proposta e apresentamos sua finalidade para os atores participantes das atividades, Conselho Deliberativo da RESEX, e seguimos para a fase posterior.

A etapa de seleção dos sujeitos considerou tanto os atores entrevistados por incursão preliminar ao estudo, quanto outros que iam sendo focalizados no adentramento da realidade social das comunidades. Assim como, foi lançado convite aberto a quem se disponibilizasse a participar, sendo estendido as igrejas, instituições sociais e escolas das comunidades interessadas em construir os mapas.

Posteriormente, reunimos os atores em suas respectivas comunidades e explanamos novamente sobre o objetivo do trabalho, essa fase possibilitou registrar as informações sobre os aspectos estruturais, culturais e humanos de cada população advindas de suas histórias de vida narradas oralmente em grupo.

No processo de produção da Cartografia Participativa, para além dos aspectos comunitários das vilas, foi-lhes sugerido que identificasse os espaços de uso comum e privado (relacionado às áreas das grandes fazendas) nas terras de cada região da RESEX, esse momento foi marcado pelo clima de alegria e ao mesmo tempo tenso quando determinados participantes identificavam as áreas de conflitos pela terra.

Após a realização do trabalho, encaminhamos os produtos para o LARC para tratamento, inclusão e a socialização posterior com a comunidade. Neste sentido, uma produção dos diferentes atores possibilitando um conteúdo para outras análises. Aprendemos neste, o modo de ocupação das comunidades, a distribuição das terras em tempos passados, a criação da RESEX, o sentimento de pertencimento as áreas em que produzem suas sobrevivências, assim como, a presença de outros povoados que não aparecem nos estudos técnicos para a criação da RESEX em 2005.

Para Pussinini, Pidorodeski e Toledo (2012, p. 33) a cartografia social “torna-se um poderoso instrumento que as comunidades tradicionais possuem para tornarem-se visíveis aos olhos do Poder Público e também para exigirem seus direitos principalmente uma política pública específica condizente com sua realidade”.



### 3.4 Desenvolvimento das Atividades

A aplicação da metodologia para a construção da Cartografia Social Participativa ocorreu em datas e meses distintos, devido a necessidade de modificação e organização da logística de acesso para algumas comunidades: como Xininga e Lucas.

Nos dias 20 à 22 de maio de 2019 estivemos na RESEX para realizar as atividades em algumas comunidades e a sondagem para detectar os participantes.

O destino inicial foi a Comunidade de Joana Peres. Chegando à comunidade, fomos procurar um dos membros do Conselho Deliberativo da RESEX, o Sr. José Maria Ferreira, popularmente conhecido como Jango, que anteriormente o conhecemos, na ocasião das Reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX, onde estivemos presentes para realizar a observação participante, já para o processo de investigação do objeto pesquisado fruto deste trabalho dissertativo.

Ao encontrarmos com este morador, esclarecemos a ele o propósito inicial da incursão e solicitamos sua ajuda para a mobilização através de convites à outros moradores, lideranças comunitárias e instituições sociais e ou de cunho educacional, crianças e jovens, para uma reunião da qual seria apresentado a proposta, o objetivo e a finalidade do produto: a Cartografia Social Participativa, obtivemos êxito na tratativa de apoio.

Convites lançados, na tarde do dia 20 de maio de 2019, então escolhemos o local de consenso aos comunitários, para realizar a 1º reunião, que aconteceu na residência do Sr. “Jango”.

Estiveram presentes nesta tarde os senhores: Manoel Machado, Presidente da Comunidade, o Sr. Elias Gomes, Presidente da Associação ASSORIANORTE, membro do Conselho Gestor da RESEX, o Sr. José Melo, servidor público e morador da comunidade, popularmente conhecido como “Zezinho”, este sendo apontado pelos demais presentes como uma pessoa importante no processo de construção do croqui, devido sua habilidade e reconhecimento que o mesmo demonstra ter pelo território da comunidade de Joana Peres, habilidades estas em dimensionar com desenhos e símbolos os espaços constituídos de relevância para a comunidade, de acordo com o que os demais envolvidos estariam à considerar. Ainda presentes, os Sr. Batista Viana e Odilon Pontes, moradores locais e lideranças religiosas.

A princípio iniciamos a reunião explanando sobre o processo de construirmos o Mapa Cartográfico da comunidade com a participação de diferentes sujeitos da área,

o objetivo e as etapas que precisariam serem realizadas, descritas no tópico acima, após a manifestação dos presentes em participarem e contribuírem, marcou-se o dia seguinte para iniciar as atividades de mapeamento participativo.

#### 3.4.1 Mapeamento Participativo da Comunidade Joana Peres

Na manhã do dia 21 de maio de 2019, para o desenvolvimento do mapeamento participativo, foi utilizado o Mapa Base da RESEX, impresso em papel, formato de banner, e alguns materiais didáticos convencionais como: cartolinas, canetinhas esferográficas de diversas cores, lápis de cor, lápis, borracha, fita gomada e o aparelho celular como utensílio para gravar as informações relatadas. Em seguida, foi apresentado pela pesquisadora, a parceria do LARC, Laboratório de Análises Cartográficas do Núcleo de Meio Ambiente do Programa de Pós Graduação e Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento na Amazônia-PPGEDAM da UFPA, e esclarecido que o trabalho de pesquisa em construção estava sob a orientação do Prof. Dr. Aquiles Simões, em seguida, convidamos os participantes, para verificarem o Mapa Base, onde assim abriu-se espaço para que os participantes envolvidos pudessem ter uma percepção maior e se enxergassem dentro do espaço territorial e obterem a dimensão espacial da área em que residem, confirmando se a dimensão e limitação estava de acordo com a realidade, onde assim abriu-se espaço para que os participantes envolvidos pudessem já relatar seus entendimentos, relatar fatos e problemas enfrentados pela comunidade.

No primeiro momento, os comunitários através de uma cartolina, iniciaram o esboço de um croqui ampliado da Comunidade de Joana Peres, mas ao observarem que o trabalho seria realizado nas outras comunidades da RESEX e a dimensão deste ficaria em uma escala muito maior, dificultando a necessidade de sistematização de todas, decidiram utilizar o mapa base da reserva em cima da cartolina, contornando a delimitação territorial da RESEX, onde os participantes limitaram a demarcação do território compreendido por eles de acordo com os extremos do início da comunidade vizinha, ao entorno de Santa Rosa e Fé em Deus, com delimitações, também, naturais compreendida por Joana Peres.

Após isso, passou-se para as identificações de rios, igarapés e principais afluentes que eles utilizavam tanto para a pesca e caça, como outras atividades. Posterior a isso registraram às áreas que costumam fazer a coleta de castanhas (visto

ainda terem grandes áreas de Castanhais), bacuri e áreas de plantio de culturas de subsistência.

Como símbolos dos espaços coletivos e de relevância histórica para a comunidade, os comunitários desenharam escolhendo simbologias próprias para os seus significados:

- Escola municipal;
- Áreas de roças: onde desenvolvem o plantio de diversas culturas, como o cacau, cupuaçu, açai, banana, arroz, mandioca, milho, colheita de taperebá, e outros frutos;
- Escola polo: que atende a educação de ensino Fundamental e médio;
- Igrejas Evangélicas;
- Campos de futebol: muito utilizados pelos jovens comunitários para a realização de práticas esportivas amadoras e de sociabilidade;
- Áreas de castanhais preservados;
- Antena de internet;
- Praça da Comunidade;
- Lago (de uso comum, onde desenvolvem a atividade de pesca);
- Áreas de fazendas particulares;
- Árvores de bacuri;
- Casas de farinha: estas casas de farinha são de alguns comunitários, porém são de acesso semilivre para quem precisa utilizar, de acordo com uma ajuda simbólica de retribuição ao proprietário, por taxa financeira, farinha de meia ou alguma quantidade como forma de retribuição, dependendo do acordo de proprietário para comunitário.
- Barracão comunitário: ao lado da igreja católica.
- Cemitério: construído ao entorno de algumas grandes fazendas que ainda estão dentro do território da RESEX e em Joana Peres, que possui algumas fazendas de antigos latifundiários (este sendo apontado como um dos maiores conflitos para os comunitários);
- Áreas nativas;
- Posto de saúde;

- Valas naturais: que ficam formadas o ano todo devido as águas da chuva, nestas nascem algumas espécies de peixes que servem como uso considerado comum para os comunitários pescarem;
- Telecentro comunitário: que obtiveram após a criação da RESEX e com esforços da Gestão da UC, através da Associação mãe, porém atualmente está desativado;
- Centro Comunitário: espaço social destinado para a realização de atividades locais;
- Casas: representam suas moradias, muitas destas adquiridas através da contemplação de projetos via INCRA, á alguns anos atrás;
- Caças: como jabuti, preguiça, onça, macaco;
- Extração de Frutos: Castanha, bacuri, bacaba e taperebá;
- Tipos de Peixes: Piranha, dito por eles que é o número 1 em abundância, Tucunaré, Curimatã, Piau (de várias espécies), Cará (de várias espécies), Mapará e Surubim.

Figura 2 - Atividade de construção de croqui da comunidade Joana Peres, realizada em 21/05/2019



**Fonte:** Acervo da Pesquisadora (2019).

#### 3.4.1.1 Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Joana Peres

No momento da atividade do mapeamento e das conversas realizadas com os participantes buscamos identificar onde costumam ocorrer os conflitos e quais práticas, ações ou causas que levam a estes, sendo relatados que são conflitos relacionados as suas convivências entre os próprios comunitários e com moradores de comunidades vizinhas pertencente a RESEX ou ao entorno, devido a forma de uso

dos recursos e, também, a sobreposição de área de fazenda dentro do território da reserva.

A partir dessas informações colocamos em prática o mapeamento, identificando conflitos relacionados às áreas que eles dizem que poderiam ser de utilidade da comunidade como de direito, porque, no caso de fazenda, elas foram adquiridas á décadas através de grilagem; os conflitos de pesca, sobre tudo no Lago em que moradores de Joana Peres e comunidades vizinhas disputam o espaço para pesca com uso de “apetrechos” impróprios, ocasionando a pesca predatória.

Após a essa etapa, foi combinado com os participantes que as informações gerariam um produto cartográfico que viria refletir o modo de vida deles, a maneira de utilização do território, os conflitos e as relações de pertencimento local. Então, consideramos a necessidade de uma próxima reunião para ser apresentado o produto desses dados, sistematizados, avaliados e redefinidos, caso houvesse necessidade de ajustes ou acréscimos, e este momento poderia ser de cunho amplo, reunindo as outras comunidades, visto que a proposta revela retrato de todas as comunidades constituintes da Reserva Extrativista Ipaú –Anilzinho.

Assim seguiu-se para o mapeamento das outras comunidades da Reserva, utilizando-se os mesmos materiais didáticos para a metodologia do mapeamento.

### 3.4.2 Mapeamento Participativo da Comunidade Fé em Deus

No dia de 28 de maio de 2019, foi realizado o mapeamento na Comunidade Fé Em Deus, onde moradores da comunidade de Joana Peres, fizeram a indicação pela busca de possíveis lideranças para contribuir no processo. Assim fizemos ao chegar à comunidade.

A comunidade Fé em Deus é um vilarejo com características de assentamento, poucas casas que em partes ficam localizadas à beira da BR-422 conhecida como Transcamentá, é uma comunidade pequena por possuir poucas famílias, porém são moradias divididas em lotes com várias áreas de pastos, a criação de gado é tida como algo normal pelos comunitários. Ao entrarmos na parte reconhecidamente de território da Fé em Deus, fomos procurar por Seu José Milton, este que esteve à frente por um período da presidência da Associação de Moradores de sua comunidade.

Não foi difícil de encontrar a moradia dele, pois Danrlei Ferreira, um jovem morador da comunidade de Joana Peres e conhecedor do mapeamento que estávamos fazendo, nos conduziu em uma motocicleta a comunidade. Dentro das terras deste morador da Fé em Deus, funciona de forma improvisada a escola da comunidade, oferecendo apenas a Educação Infantil, onde fomos também para contactar com o professor responsável, pela totalidade das atividades desta. Evitando atrapalhar seu horário de trabalho, buscamos expor os motivos que nos levavam aquele local e o desejo por sua contribuição na pesquisa.

Na presença de ambos, Sr. José Milton e o professor, retraídos inicialmente, expusemos os objetivos do mapeamento, sua importância e o resultado da produção que culminaria em uma Cartografia Social Participativa da comunidade, conseguindo apoio por partes destes. Então, acertamos os horários para iniciarmos as etapas metodológicas de mapeamento, realizado na residência de seu José Milton.

Logo no início do momento construtivo, seu José Milton, relatou alguns pontos sobre o tempo de moradia na comunidade, a forma de ocupação, que segundo seus relatos, os moradores foram chegando à área após adquirirem as terras por meio de compra e venda por moradores da Comunidade vizinha à Anilzinho, que anteriormente abrangia uma extensão territorial maior, no entanto com processos de vendas, ocasionou a diminuição daquele território e contribuiu para o surgimento da Comunidade Fé em Deus.

Partimos para a utilização do Mapa construído, já usado pelos comunitários de Joana Peres, com espaçamento livre para cada comunidade ir seguindo a sua construção de mapeamento, definindo e confirmando seus pontos de demarcação territorial, de acordo com suas concepções e seus conhecimentos de causa.

Com a participação do professor da comunidade e seu José Milton, o mapeamento foi sendo construído, visto que registraram com simbologias próprias os espaços de relevância e alguns poucos espaços coletivos à eles, assim como, os detalhes relatados que expressam o modo de vida, sobrevivência, o uso dos recursos e identidade do território, destes elencados abaixo:

- Roças: são roçados variados, com diversos cultivos como de mandioca, arroz, alguns tem plantios de pimenta -do -reino, açaí e cupuaçu;
- Casas dos moradores;
- Áreas de pasto;

- Palmeiras de Inajá: compondo o campo de vegetação em meio aos pastos;
- Igreja católica;
- Escola municipal (não funciona em prédio próprio, e em um espaço improvisado);
- Áreas de castanhais;
- Fazendas.

Figura 3 - Atividade de construção de croqui da comunidade Fé em Deus, realizada em 28/05/2019



**Fonte:** Acervo da Pesquisadora (2019).

#### 3.4.2.1 Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Fé em Deus

Ao indagar os moradores participantes sobre os conflitos internos, afirmam a inexistência na comunidade, pois cada morador vive a seu modo nos seus lotes. Outras indagações revelam que a comunidade Fé em Deus é uma comunidade com pouco entrosamento, engajamento coletivo na organização da comunidade. Eles sobrevivem da pesca, mas são desprovidos de lagos e rios próximos as suas áreas. São moradores vindos em sua grande maioria de outros Estados.

#### 3.4.3 Mapeamento Participativo da Comunidade Espírito Santo

Nesta comunidade conhecemos Dona Percila que cedeu o quintal de sua casa para apresentações e objetivos daquele momento sobre o trabalho a ser realizado.

Participaram deste mapeamento, a Sra. Maria Francisca que é agente comunitária da área, Seu Valdecir, liderança religiosa, dispostos a informações e conversa sobre as atividades que vinha se fazendo em outras comunidades e sobre os resultados esperados.

Os materiais utilizados foram os mesmos utilizados nas outras comunidades: canetinhas esferográficas, lápis de cores, cartolinas, canetas, borrachas, o mapa base, confeccionado lá na comunidade de Joana Peres, e o aparelho celular para gravar os momentos de falas e registros fotográficos da atividade, somando as construções do croqui de Joana Peres e Fé em Deus.

A cada visita nas áreas, os próprios comunitários definiam as demarcações naturais das suas áreas territoriais, o início e extremos. Com os materiais arrumados sobre a mesa no quintal, os participantes produziram o croqui da Comunidade Espírito Santo, de acordo com a criatividade e escolha simbólica para cada ponto de relevância.

Esta comunidade apresenta características semelhantes a ocupação do território da Fé em Deus, com as moradias divididas em lotes, a criação de gado em diversas áreas de pastos a mostra na beira da Br-422, já na sua organização enquanto comunidade diferencia-se, observados nos destaques simbólicos mapeados sobre a construção física da comunidade.

Ainda, foi relatado por eles, que a área da Espírito Santo, era pertencente a décadas atrás a um grande fazendeiro conhecido por “Gustavo”. Eram terras também incorporadas a Comunidade de Anilzinho, parecidas com as áreas da comunidade Fé em Deus, porém sendo de propriedade particular e abandonada, que através de um movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, as terras acabaram sendo invadidas, ficando o nome da comunidade: Espírito Santo, pelo fato de ter sido o nome da fazenda.

Assim muitas famílias foram chegando, entre moradores de Baião e de outros Estados. Alguns lotes, já passaram por diversos donos, devido a prática de venda de terras mesmo esta fazendo parte da área de RESEX. Poucos donos da época da ocupação ainda continuam na área, a exemplo de Seu Valdecir, que veio morar em um lote adquirido por seu pai. Dona Percila, reside até hoje desde a ocupação, mas dona Maria Francisca relata que já veio para a comunidade muito tempo depois, que fez a compra das suas terras pelas mãos de outro morador.

No momento das conversas com os comunitários participantes do mapeamento, estes retratavam um pouco a historicidade do surgimento da comunidade, e ao mesmo tempo estavam concentrados e empenhados na cartolina imaginando o mapeamento, e, assim começaram a produzir, surgindo então os pontos relevantes ditos e desenhados por eles sobre a comunidade, vejamos abaixo:

- Casas dos moradores;
- Áreas de pasto: representadas por cabeças de gado, identificando o modo de sobrevivência com a prática da criação de poucas cabeças de gado;
- Árvores da Castanha do Pará;
- Caixa d'água: sistema de abastecimento de água;
- Duas igrejas evangélicas: evidenciando que a Comunidade Espírito Santo é o povoado por quase em sua maioria de famílias evangélicas;
- Escola da comunidade: porém ainda em construção, com obra “parada” há algum tempo. Fazendo com que crianças e jovens precisem se deslocar até as comunidades vizinhas para estudarem
- Plantação de banana;
- Palmeiras de inajá: como árvores nativas em meio ao pasto;
- Extraem e coletam: castanhas, embora com menos abundância, devido à pouca existência de áreas de castanhais;
- Caça: costumam fazer a caça de tatus, e registraram a permanência de onças na área;
- Vicinal do Buriti: que dá acesso às áreas de plantação chegando até a beira do Igarapé Jacundá, igarapé este situado atrás do limite territorial da RESEX, na fronteira do município de Portel;
- Rego do Ubim: é um pequeno lago, este serve de espaço de pesca aos moradores. Não com tanta frequência, às vezes utilizam o Rio Anil Grande (próximo a Comunidade de Lucas) ou o Rio Ipaú para as atividades de pesca;

Ainda no processo do mapeamento nesta comunidade, nos foi relatado pelos presentes que, eles se reconhecem como agroextrativistas, pois vivem de poucas e escassas extrações, plantam, caçam e pescam quando possível e criam algumas cabeças de gados. Assim como, observam a falta de apoio e incentivo sobre

“pesquisas” (se referiu a assistência técnica rural) do que produzir na área, incentivo por falta do governo relacionado à financiamento para ser investido em suas terras.

Figura 4 - Atividade de construção de croqui na comunidade Espírito Santo, realizada em 28/05/2019



**Fonte:** Acervo da Pesquisadora (2019).

Após terminarmos a atividade proposta, elucidamos que em outro momento, com data ainda a ser definida, iríamos nos encontrar para realizarmos a apresentação do mapa Cartográfico, para que assim os comunitários tivessem a oportunidade de aprovar ou até mesmo fazerem suas ponderações e acréscimos caso ocorresse a necessidade, assim como foi esclarecido nas comunidades que antecederam os trabalhos de campo.

Sendo assim, o mapeamento contou com a participação dos comunitários: Maria Percila, Zelito Ferreira, Valdecir, Maria Francisca e Danlei Ferreira, este último morador da Comunidade de Joana Peres que acompanhava nas atividades do mapeamento na RESEX, além de mim enquanto pesquisadora.

#### 3.4.4 Mapeamento Participativo da Comunidade de Anilzinho

Na incursão a Comunidade de Anilzinho reunimos lideranças e comunitários convidados para a realização do mapeamento para a cartografia social da comunidade, explicando-lhes as etapas, métodos, objetivo e finalidade. O croqui foi construído na residência do Sr. Vicente Serrão, representante de uma das Associações da Comunidade de Anilzinho, com a presença de outros envolvidos como

o Sr. Denivaldo Lopes que é o agente comunitário de Saúde de Anilzinho, o jovem estudante Rian da Silva Correa, a esposa de seu Vicente, entre outros moradores que espontaneamente apareceram no decorrer da atividade.

Enquanto Rian iniciava o esboço do croqui, com a ajuda do Sr. Denivaldo, o Sr. Vicente Serrão fazia uns relatos históricos da comunidade e da região, buscando descrever informações sobre a criação da RESEX, o modo de vida antes da criação e o hoje, pós a criação, o processo de vendas das terras por parte de muitos moradores, o que ocasionou Anilzinho a ter seu espaço territorial diminuído. As vendas iam acontecendo, e com isto houve o favorecimento das duas comunidades vizinhas: Espírito Santo e Fé em Deus, surgindo, também, logo após outro povoado: a comunidade denominada de Santa Rosa.

Seu Vicente Serrão, morador na área a mais de 40 anos, lembrou que antes o extrativismo era mais forte, até que os grandes fazendeiros chegaram e se apropriaram de boa parte das áreas destruindo as reservas naturais de extrativismo mas, existe hoje na Comunidade uma média de 180 famílias, que dependem e vivem dos seus costumes de décadas, como: a caça, a pesca, a coleta de frutos, como, a Castanha do Pará e Bacuri, da roça, assim como alguns sobrevivem de salários provenientes de cargo público e aposentadorias.

Partindo para a construção do mapeamento com representatividade simbólica, foram elencados pelos participantes, espaços coletivos e de relevância dentro da comunidade:

- Campo de Futebol comunitário;
- Campo de pelada: improvisado;
- Igreja católica;
- Igrejas evangélicas;
- Comércio e padaria;
- Telecentro comunitário: atualmente desativado;
- UBS (Unidade Básica de Saúde): não ativada;
- Prédio da antiga escola: desativado;
- Caixa D'água (sistema de água);
- Escola Polo: para o funcionamento da Educação de Nível Fundamental e Médio;
- Torre de Internet;
- Barracão Comunitário;

- Casas de farinha (simbolizadas pelo rodo de mexer a farinha);
- Roça: plantio de mandioca, arroz, milho, alguns plantam açaí e coco, entre outros cultivos não descritos naquele momento;
- Áreas de pasto;
- Árvore de castanha do Pará ou Castanheiras: demonstrando que existe dentro da comunidade áreas onde ainda se consegue coletar o fruto da castanheira, além da colheita dos frutos de bacuri, poucos, porém ainda existem;
- Área de Vegetação preservada;
- Palmeiras de bacaba;
- Palmeira de açaí;
- Igarapés e rios: espaço para a pesca que consideram de uso comum.

Figura 5 - Atividade de construção de croqui na comunidade de Anilzinho ocorrida no dia 29 /05/2019



Fonte: Acervo da Pesquisadora (2019);

#### 3.4.4.1 Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Anilzinho

No momento da construção foi indagado aos presentes, se existe e quais eles consideram que sejam os conflitos na área, sendo elencados:

- A proibição da pesca no Lago Grande de acesso e nas proximidades da Comunidade de Lucas; esta que surgiu através da venda de terras por outros comunitários (já citado neste trabalho) e, estes moradores da Comunidade

Lucas são originários de outros municípios. Não se identificando com o modo de vida daqueles que nasceram na área, como o caso das comunidades de Anilzinho, Xininga e Joana Peres chegando a desconsiderar o modo de vida e uso coletivo das terras da área e estas comunidades são impedidas de utilizar às áreas de dentro ou entorno da comunidade Lucas, seja para qualquer atividade extrativista.

- A permanência de grandes latifundiários ainda nas áreas que compreende a RESEX.
- E a venda de terra que hora ou outra ocorre, por parte dos comunitários, favorecendo assim a entrada de povos não tradicionais.

Após terminarmos a atividade, acordamos que seria necessário outro momento para apresentação do mapa Cartográfico a eles e demais moradores de Anilzinho, para que nesta oportunidade pudessem analisar, corrigir ou aprovar todos os dados sistematizados e tratados com a parceria do LARC da UFPA.

#### 3.4.5 Mapeamento Participativo da Comunidade de Santa Rosa

A atividade desta comunidade iniciou no mês de outubro, primeiramente fizemos uma sondagem na comunidade Santa Rosa, focalizando os comunitários para realização das atividades conhecendo a Dona Rosa, uma das primeiras moradoras deste povoado, reconhecida liderança neste local. Assim ouvimos vários relatos sobre a sua chegada à Santa Rosa e dos demais moradores sobre a formação e ocupação da comunidade.

No dia 24 de outubro de 2019, retornamos para a etapa de construção do mapeamento de Santa Rosa com as atividades do croqui, para constar na Cartografia Social, assim, enfrentamos difícil acesso para chegarmos à comunidade, na saída da Br 422, entrando em um ramal de acesso, situada mais precisamente atrás do território da comunidade Fé em Deus e entre a comunidade de Joana Peres e Anilzinho. As moradias são distantes umas das outras, com várias extensões de terra, que foram adquiridas em lotes. Neste dia, pelo horário que chegamos as pessoas encontravam-se trabalhando em seus “roçados”, não conseguimos assim reuni-las no quantitativo que esperávamos para o mapeamento. Porém dona Rosa e seu esposo estavam na sua propriedade, e se dispuseram a mapear sob nosso auxílio.

Onde destacaram as seguintes relevâncias e estrutura comunitária através do croqui do mapa:

- 1 igreja evangélica;
- Casas dos moradores;
- Áreas de Roças: plantam mandioca, arroz, milho, açaí e alguns plantam a pimenta do reino;
- Árvores de bacuri;
- Árvores de castanhas do Pará;
- Existem partes de áreas nativas;
- 1 Igarapé: por nome de Água Fria, que utilizam para a prática da pesca.

Ao indagarmos a liderança sobre seu ponto de vista acerca da existência de conflitos na Santa Rosa, a mesma falou que na opinião dela, não há. Todos vivem as suas vidas em seus lotes, porém a grande dificuldade se dá pela falta de apoio de políticas essenciais para melhorar o modo de vida, como possuírem uma boa estrutura no ramal, para o acesso das crianças ao colégio na comunidade vizinha, bem como de serventia essencial para escoamento de produtos que eles plantam e fazem a venda para o município vizinho, Tucuruí, que se torna mais viável as produções devido o acesso pela estrada. E investimentos na área da agricultura para fomento e financiamento de diversos cultivos como forma de sustento e renda aos mesmos.

Figura 6 - Momento de explanação sobre a construção do croqui na comunidade Santa Rosa ocorrida no dia 24/10/2019.



Fonte: Acervo da Pesquisadora (2019).

### 3.4.6 Mapeamento Participativo da Comunidade de Xininga

Realizamos as atividades para a elaboração do Croqui de Xininga no dia 16 de novembro de 2019, reunindo os participantes e as informações, onde esta comunidade possui um número reduzido de famílias residentes ali, totalizando sete famílias, que ainda permanecem morando em suas terras, diferente de muitos que já migraram para a sede do município de Baião retornando ali apenas para fins de extração de frutos, atividades de pesca e da caça. Nesta, ocorre uma incidência considerável de plantio de cacau, assim como esta é a única comunidade do território da RESEX Ipaú-Anilzinho a se localizar as margens do Rio Tocantins.

Para chegarmos à comunidade de Xininga nos deslocamos da sede de Baião por estrada de chão até o primeiro Distrito do município, São Joaquim de Itaquara e depois atravessamos de barco o Rio Tocantins até a comunidade. Neste trajeto, encontramos com o morador seu Jose Brás, a quem considerávamos importante fonte de informação, cruzando conosco durante viagem pelo rio em direção a vila de Itaquara. Mesmo assim decidimos seguir viagem, em busca de outros comunitários. Sob orientação do barqueiro, Sabá, desembarcamos na casa do Sr. Edinho, residente na comunidade desde que nasceu, constituiu família e mantém vínculo com outros moradores considerados seus parentes.

No Xininga além da constituição familiar muito próxima uma da outra, as práticas, modos de sobrevivência e costumes são muito parecidos. Porém, elucidam muitas dificuldades que impedem o desenvolvimento da área, o abandono por parte da administração do Município de Baião, a ausência de políticas públicas para as populações extrativistas e tradicionais, visto que Xininga foi incluída no espaço territorial de abrangência de RESEX, e em relatos dos moradores ali presentes, acreditam não ter ocorrido melhores condições de vida a eles, assim, bem como são desprovidos até mesmo de políticas básicas e de comum a todas as populações: não possuem sistema de água, energia elétrica, escola, o qual estas dificuldades tem propiciado a migração dos moradores para outros locais.

Contudo se levantou dados relevantes e símbolos que foram desenhados para dar característica a esta comunidade, apontados no croqui e demais informações para o mapeamento.

- Barcos: que simbolizam o porto para embarque e desembarque na comunidade;

- Casas: que ficam todas as margens do rio, umas ao lado das outras;
- 1 campo de futebol comunitário;
- 1 fazenda: de propriedade particular de morador externo: representada pelas áreas de pasto e cercas;
- Árvores de cacau: simbolizam o cultivo forte desta cultura;
- Árvores de Castanha do Pará;
- Árvores de Seringa;
- Palmeiras de açáí;
- Árvores de Capuraneiras, a vegetação as margens dos rios.
- Pesca: ainda em abundância.

Figura 7 - Registro da frente da comunidade de Xininga feita em 16/11/2019.



**Fonte:** Acervo da Pesquisadora (2019).

#### 3.4.6.1 Mapeamento dos conflitos existentes na comunidade de Xininga

Sobre os conflitos pontuados no momento da incursão, registramos o que mais incomoda os moradores, conflitos estes não entre eles de Xininga, mas provocados pela disputa com outros comunitários, fora e dentro da área da RESEX, sobre o pescado, a caça, e os frutos fonte de suas sobrevivências.

### 3.4.7 Mapeamento comunicativo da Comunidade de Lucas

Embora o mapa apresente o croqui do território da comunidade de Lucas, o mapeamento dos detalhes internos da referida comunidade expressos através dos símbolos construídos, não foram realizados pelos próprios comunitários de Lucas, já explicitado anteriormente neste estudo, o motivo.

Portanto, com a ajuda das Comunidades pertencentes ao Território da RESEX, mais precisamente as comunidades de Xininga, Joana Peres e Anilzinho, construímos o croqui, contendo as informações que se confirmam em coletividade por moradores dessas comunidades, que em outros momentos já tiveram acesso a Lucas.

Possuem um barracão coletivo, campo de futebol, muitas árvores de cedro, árvores de Castanha do Pará, bacurizeiros, área bem preservada e lagos ao entorno com abundância de peixes.

No entanto, não foi possível ter uma visão subjetiva do modo e o uso do território de fato pelos próprios residentes de Lucas, para confirmar ou acrescentar os elementos descritos e desenhados no croqui, tão pouco, confirmar ou desmistificar através e nesta oportunidade, os inúmeros casos relatados sobre esta comunidade.

Diante dos dados coletados, informados e pré-definidos por comunitários das comunidades acima expostas no momento da realização da etapa do mapeamento, reunimos os mesmos e sistematizamos com a ajuda dos técnicos do LARC-NUMA /UFPA, produzindo assim a Cartografia Participativa Social da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho.

Posterior a isso, se fez necessário apresentar as comunidades e ao Conselho Gestor, o trabalho realizado e proposto na pesquisa como produto final, este que expressa em sua imagem as subjetividades trazidas pelas informações de seus sujeitos, as diversidades existentes no contexto da RESEX e que com este produto tem por objetivo ser um instrumento de reflexão e mediação diante ao uso do território, para a nova etapa de construção do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, sendo de responsabilidade e legitimidade a construção pelos comunitários e gestão desta unidade de conservação.

Assim na ocasião da 18ª (décima oitava reunião) do Conselho deliberativo da RESEX, ocorrida no dia 17 de Dezembro de 2019 no KM 80, autorizada pela chefia da unidade para realizarmos a devolutiva com o mapa cartográfico, apresentamos elencando novamente aos Conselheiros, ao órgão Gestor da Unidade e aos

comunitários presentes naquela reunião, a intencionalidade da cartografia e o objetivo da construção para os possíveis ajustes ou alterações nas legendas e informações do mesmo caso surgir-se a necessidade.

## 4 CONCLUSÃO

A dissertação se constitui de o primeiro momento introdutório, seguido por 2 (dois) capítulos com importantes imersões a conteúdos que demonstram as dificuldades de se construir uma gestão participativa e efetiva como apontam os dissensos levantados pelos atores.

Essa gestão passa a ser analisada a partir do Conselho Gestor, sendo este o espaço democrático, de participação, deliberação e consulta para as práticas adotadas de gerenciamento das ações dentro da UC e que deveria ser um instrumento de gestão e representatividade para se buscar consenso e procedimentos para solucionar ou minimizar os impasses, anseios e conflitos existentes na área.

Porém, seu objetivo parece contraditório perante a falta de respostas ou ações positivas para as dificuldades, impasses e conflitos trazidos neste trabalho e de outros anteriores com focos distintos, mas confrontando e reafirmando os mesmos, assim este espaço democrático de participação e gestão da RESEX Ipaú-Anilzinho se torna deficiente diante do seu objetivo a falta da participação efetiva de órgãos públicos, a necessidade de ações efetivas que permitam o reordenamento territorial, uma vez que esta unidade de conservação abriga diferentes dimensões socioespacial, através das características extrativistas, ribeirinhas, quilombolas, assentados e de grandes latifundiários que ainda existem na área, as dificuldades de conciliação de interesses que é ocasionada justamente em função desta falta de reordenamento territorial, a delimitação dos espaços de uso comum, fator relativo à falta do plano de manejo, a ineficiência da atuação do governo relativo a pouca oferta de implementação de políticas públicas para estas populações, que seria a parte fundamental para intermediar o que precisa ser realizado na RESEX, constatado por relatos dos comunitários e a falta de incentivo para aprimorar a participação social dos próprios conselheiros comunitários e comunidade em geral da RESEX.

Sendo assim, esta não participação do governo inviabiliza a gestão sócio-ambiental efetiva da RESEX, como forma de ajustar esta situação, o conselho precisa fazer seu papel de mediar ou se chegar a um direcionamento comum de interesses, caso contrário mais difícil fica sem a participação do governo, e respostas de ações para o bem comum.

A pesquisa nos possibilitou analisar o sentimento de pertencimento dos atores, moradores da RESEX, e observamos que parte destes não se reconhecem

pela condição socioambiental, nem por suas características identitárias, como se observa na busca pela independência dos que se caracterizam como quilombola e nessa condição almejam seu reconhecimento e independência como tal, diferenciando ao restante das comunidades que compõem a RESEX.

O inverso observamos na comunidade de Lucas ao criar um monopólio sobre um espaço em que vivem, que é dentro de uso coletivo, porém estes sustentam a ideia de propriedade privada.

Desse modo, adentra-se uma complexidade de discernimentos, de compreensão comum, do real objetivo e finalidade da RESEX, que resulta em entraves para perspectivar uma mudança de atitude que é imprescindível para constituir o seu principal documento que é o plano de manejo, o qual determinará as regras de desenvolvimento e sustentabilidade da área e das famílias em questão.

Embora tentativas anteriores para elaborar este instrumento fundamental para a RESEX, não se consolidou devido não ter sido de forma participativa, não levando em consideração na metodologia anterior aplicada a necessidade de se realizar um zoneamento adequado das ações e atividades produtivas dentro da área, ou próxima da realidade dos sujeitos que residem ali, não tendo assim condições de ser aprovado naquele momento, visto que, caso contrário não teria condições de contribuir para a implantação e disciplinamento das atividades diversas dentro da RESEX.

Neste sentido, no segundo capítulo, procuramos contribuir para sintetizar não só os impasses emergidos para o Conselho Gestor, como também apontamos uma perspectiva metodológica capaz de propor outro caminho na construção do Plano de Manejo e adentramos na Cartografia Social que vem como uma ferramenta de orientação e norteamento dos impasses, elencados pelos próprios sujeitos da RESEX, e que devem ser levados em consideração para a reconstrução do Plano de Manejo retomando o foco sobre as intenções e propósitos a que se destina a criação da reserva em questão, sendo que sua aplicabilidade significa a garantia de território, sua permanência, seu desenvolvimento sustentável, com qualidade de vida, para a população que outrora se encontrava em movimento de expropriação.

Assim, logo não se trata de uma luta no campo da subjetividade de uma pura auto definição, porém do enfrentamento coletivo à garantia dos meios naturais de sobrevivência. Registramos que construir a Cartografia Social, valeu a pena, visto que este produto final já pode se inscrever numa nova perspectiva de uma sociedade em movimento, pois já existe uma nova metodologia sendo aplicada para a reconstrução

do plano de manejo da RESEX e que possivelmente poderá utilizar este produto, alcançando assim seu objetivo de construção proposto.

Empenhamos todo nosso esforço para elucidar o objeto da pesquisa com a escolha da metodologia desenvolvida para esse estudo, com a clareza que o constructo textual contém algumas lacunas que esbarram tanto na construção educativa enquanto pesquisadora, como na forma de conduzir o objeto. Porém nos permite nova reflexão, resultado que fortalece o entendimento do contexto RESEX, tanto como dos impasses ao conselho deliberativo, das contradições socioespaciais, socioambientais, que possibilitam usar as informações alcançadas como referência ao plano de manejo tão necessário a autonomia organizativa da RESEX.

Para tanto, ao observarmos o estudo apresentado cabe enfatizar, que nesse momento não foi possível ir além, sabendo que quem tomar como leitura este trabalho irá observar outras questões que podem ser tratadas, servindo de base para novos pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Práticas Agroextrativas de Grupos Negros do Trombetas. Papers do Naea**, Belém, v. 1, n. 093, p.1-19, maio 1998.

ACSELRAD, H. **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p.13-36.

ALLEGRETTI, M.H. **A construção social de políticas públicas**. Chico Mendes e o Movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, nº18, p. 39-59, julho/dez. 2008, Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. **A Construção Social de Políticas Ambientais**. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, 2002). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2002.

\_\_\_\_\_. **Reservas Extrativistas**: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica. *São Paulo em Perspectiva*, 3(4): 23-29, out./dez.1989.

ALMEIDA, Rogério. **Amazônia, Pará e o Mundo das Águas do Baixo Tocantins**. *Estud. av.* 2010, vol.24, n.68, pp. 291-298.

ALVES, J. C. M. **A participação Social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania**: o caso do território do Cariri/CE. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Juazeiro do norte – CE, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2MHovA9>. Acesso em: 11 out. 2018.

AMARAL, JOÃO J. F. **Como Fazer uma Pesquisa Bibliográfica**. Fortaleza/CE: 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2G1Xw1w>. Acesso em: 10 out. 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2009.

ARAÚJO, Adalgisa Bandeira de. **Análise do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 18/07/2000) e as Implicações para o Turismo**. 2008. Disponível em: <http://www.setur.ufop.br/artigo04.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene dos Anjos; BELLATO, Roseny; LUCIETTO, Grasielle Cristina. **Diário de Pesquisa e suas Potencialidades na Pesquisa Qualitativa em Saúde**. *Revista Brasileira Pesquisa Saúde*, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

ARRUDA, Rinaldo. **Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação**. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2008.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Campinas, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2WMFyHj>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BAERT, Patrick. **Algumas Limitações das Explicações da Escolha Racional na Ciência Política e na Sociologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 35, Oct. 1997. Disponível em: Acesso em: 11 dez. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, E. C.; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A. **O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, ano 2, n.4, p. 124-138, jul. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2SozDHo>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, Bertha K; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Texto, 2008.

BEMERGUY, Amélia; GUEDES, Luana B; PIMENTEL, Márcia A da S. **Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 2, 1ª ed**, Editora: Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 4, 1ª ed**, Editora: Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a Entrevistar: como fazer Entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 27 dez. 2018.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação?** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRACAGIOLI NETO, Alberto. **Arenas Públicas, Participação e Mediação Social**. (Tese de Doutorado). UFRGS, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ministério do Meio Ambiente (Org.). **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho**. Baião/PA: DIUSP/ICMBio, 2008. 95 p. Não Publicado.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988) São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da república. Casa Civil. **Decreto de 14 de junho de 2005**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10555.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10555.htm). Acesso em 27 de dez 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília DF, 2000. (Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000).

BRÜGGEMANN, Odália M.; PARPINELLI, Mary A. **Utilizando as Abordagens Quantitativa e Qualitativa na Produção do Conhecimento**. Revista Escola Enfermagem USP, n. 42, p. 563-568, mar. 2008.

CANTO, Otávio do; CONDURU, Marise Teles; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário (org). **Gestão ambiental na Amazônia: território, desenvolvimento e contradições**. Belém: NUMA/UFPA, 2017.192 p.(Série Estudos do NUMA, 18)

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos Sociais: Revisitando a Participação e a Institucionalização**. Lua Nova, São Paulo, 84: 315-348, 2011.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas**. 2002. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CEFAI, Daniel, MELLO, Marco A. da S. VEIGA, Felipe B. MOTA, Fábio R. (org.). **Arenas Públicas. Por uma Etnografia da Vida Associativa**, Niterói: Rio de Janeiro, EdUFF, 2011.

\_\_\_\_\_. Daniel. **Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas: O que nos Ensina o Pragmatismo**. Novos Estudos, CEBRAP: São Paulo, v. 36.1. p. 187-213, 2017.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez 1991.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, A. P. P. e ROCHA, G de M. **A usina hidrelétrica de Tucuruí e sua influência na reorganização do território local: uma reflexão**. In: CANTO, Otávio do; CONDURU, Marise Teles; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário (org). **Gestão ambiental na Amazônia: território, desenvolvimento e contradições**. Belém: NUMA/UFPA, 2017.192 p. (Série Estudos do NUMA, 18)

COSTA, A. P. (2014). **Políticas Públicas e Desenvolvimento nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã-Pará**. (Tese de Doutorado). NAEA/PPGDSTU, Belém, 2014.

CRUZ, Walciclea P. S.; SILVA, J. B. **Reservas extrativistas da Amazônia brasileira e as Influências Externas e Internas nas Políticas Educacionais**. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicosociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CUNHA, Luis H. "**Da 'tragédia dos Comuns' à Ecologia Política: Perspectivas Analíticas para o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais**". Raízes, vol. 23, n° 01 e 02, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o Mito da Natureza Intocada**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. Documentos e relatórios de pesquisa - n° 1. São Paulo, 1993.

FIGUEIREDO, R. A. A. de. **A Comida que Vem da Mata: Aspectos Etnoecológicos da Caça em uma Comunidade Quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia, Brasil)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2014.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. V.6 5°.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2018. 96 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. **O Método de Pesquisa Survey**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2000. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3503105.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. **Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: boas Práticas e Sugestões**. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 2, n. 18, p.7-22, 2011. Semestral. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560/550>. Acesso em: 05 dez. 2018.

FRIGOTTO, G. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da Pesquisa educacional. São Paulo:Cortez, 2001. p. 69-90.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impacto sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo. Cortez: 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação Não formal e o Educador Social: Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Educação Não Formal e Cultura Política: Impactos sobre o Associativismo do Terceiro Setor.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere.** Volume 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GURUPI, Luciano. **Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **A nova intransparência: a crise do Estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas.** Novos Estudos Cebrap, n. 18. São Paulo, set. 1987. p. 103-114.

\_\_\_\_\_. **J. A Nova Intransparência - a Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas.** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18,p. 103-114, set. 1987.

HARDIN, Garrett. **A Tragédia dos Comuns.** Disponível em: [http://www.garretthardinsociety.org/articles\\_pdf/tragedy\\_of\\_the\\_commons.pdf](http://www.garretthardinsociety.org/articles_pdf/tragedy_of_the_commons.pdf). Acesso: 16 dez 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Introdução à Cartografia,** 2009, p.16.

JACOBI, Pedro. **A Gestão Participativa de Bacias Hidrográficas no Brasil e os Desafios do Fortalecimento de Espaços Públicos Colegiados.** In: Coelho, V.S.P. Nobre, M. Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34. 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, nº 118, março. 2003. p. 189-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em 29 ago. 2013.

KOHLHEPP, Gerd. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008):** as primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a amazônia brasileira. Rev. Nera, Presidente Prudente, v. 42, p. 308-330, 28 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2CE6dz1>. Acesso em: 02 jan. 2020.

LAFER, Celso. **O Significado de República.** Rio de Janeiro, Estudos históricos, v.2,n.4,1989,p.214-4.

LÉNA, Philippe. **As políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia: Problemas e Contradições.** In: ESTERCI, Neide; LIMA, Débora; LÉNA, Philippe. **Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade.** Brasília: UnB, 2002.

LOPES, Elfany Reis do Nascimento. **Zoneamento Ecológico-Econômico: Diretrizes, Parâmetros e Técnicas para a Gestão Ambiental de Bacias Hidrográficas.** 2018. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Ambientais, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Sorocaba, 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo, E.P.U., 1986.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MENEZES, Maria Arlinda de Assis. **Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35,n.1,p.129-143,jan./abr.2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, R. C. T. **As Possibilidades da Inserção da Educação Ambiental em Unidades de Conservação: o caso da Reserva Extrativista "Ipaú-Anilzinho" na Amazônia Tocantina.** Belém, 2016. 158 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. 2016.

NUNES, Francivaldo Alves. **Unidade do território brasileiro e expansão de domínio: Aspectos históricos formadores do conceito de Amazônia tocantina.** In: OLIVEIRA, José Pedro Garcia, RODRIGUES, Doriedson do Socorro, SILVA, João Batista do Carmo, MENDES, Odete da Cruz (org). Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina: Diálogos Científicos. Cametá-Campos Universitário do Tocantins/UFGA, 2012. 391 p.

PÁDUA, Maria Tereza J. **Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio F. S. (Orgs.). Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011.

PALMIERI, Roberto; VERÍSSIMO, Adalberto. **Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento.** Piracicaba: IMAFL ora, SP; Belém: AMAZON, PA, 2009.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **Amazônia Tocantina: O território.** In: OLIVEIRA, José Pedro Garcia, RODRIGUES, Doriedson do Socorro, SILVA, João Batista do Carmo, MENDES, Odete da Cruz (org). Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina: Diálogos Científicos. Cametá-Campos Universitário do Tocantins/UFPA, 2012.391 p.

PEREZ, Pietra Cepero Rua. **A produção da floresta “em pé”:** Resex Chico Mendes (AC), do projeto à realização. 2017. 453 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PIZZANI, Luciana et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** RDBCI: Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul. 2012. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896>. Acesso em: 06 dez. 2018.

POMPEU, E. C. **Pensando com a Educação Crítica para Crítica da Educação Ambiental na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho.** Belém, 2017. 113 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos:** uma contribuição para a ecologia política da região. Revista Crítica de Ciências Sociais, [S.L.], n. 107, p. 63-90, 1 set. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/32MJb3O>. Acesso em: 27 dez. 2019.

PROCÓPIO, Maria.Goretti.Cruz. **A festa do jacaré na aldeia indígena Assurini Trocará:** espaço educativo e de manifestação de saberes. Belém, 2015, 140 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Pará. 2015.

PUSSININI, N; PIDORODESKI, A; TOLEDO, B.H.C. **Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais no Paraná:** novas perspectivas temáticas para a cartografia. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n. 5,p 19-36, 1. Semestre de 2012.

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública.** Brasília: IBAMA. 2005.

RODRIGUES, Doriedson do S. **Saberes Sociais e Luta de Classes:** um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/PA. (Tese de Doutorado). ICED-UFPA. Belém, 2012.

SABLAYROLLES, F. et al. **Agricultura Familiar e Políticas públicas na Amazônia.** Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2006.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos:** Proteção Jurídica à Diversidade Biológica e Cultural. Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil. Editora Peirópolis, SP, 2005.

SANTOS, Mario Alberto dos. **Unidades de Conservação, Educação e Planejamento Comunitário:** uma Análise da Realidade da Reserva Extrativista Marinha. Baía do Iguape/BA. Salvador: 2007. (Dissertação de Mestrado).

SAVIANI, Dermerval. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 17ª Ed. Revista Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2011.

SILVA, Adriane dos Prazeres. **O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981)**. Belém, 2016. 197 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. 2016.

SILVA, Francisco Eleud G da. **“Batalha da Borracha”**: O contexto da migração Cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas/UFAM – Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA, 2015. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5060>. Acesso em 20 de março de 2020.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T.; COSTA, A. P.; BATISTA, I. M. S. **Sustentabilidade Institucional em Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira**. Papers do NAEA (UFPA), v. 1, p. 1-20, 2013.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2020)**. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Relações Internacionais, Departamento de Ciências Políticas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVA, Maria do S S da. **Subsídio da borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições socioeconômicas e ambientais**. Dissertação de mestrado em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/INPA, Manaus, 2013. Disponível em <https://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/1076>. Acesso em 20 de março de 2020.

SIMÕES, Aquiles; DIAS, S. C.; ALMEIDA, O.; RIVERO, S. **Gestão dos Recursos Naturais na Região do Baixo Tocantins através de Acordos de Pesca**. Amazônica: Revista de Antropologia (Online), v. 6, p. 50-65, 2014.

SIMONIAN, Ligia. T. L. **Tendências Recentes quanto à Sustentabilidade no Uso dos Recursos Naturais pelas Populações Tradicionais Amazônicas**. In: ARAGÓN, E. (Org.). Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 25 - 44.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em Ciências Humanas e Desenvolvimento entre as Populações Tradicionais Amazônicas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 1, n. 2, p. 117-134, maio/ago. 2005. (série Ciências Humanas).

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira**. In: COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZEL, N. (Org.). Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 2000, p. 37 - 42. (Série: Estado e Gestão Pública).

SOUSA, Nadinni O. de M.; SANTOS, F. R. P. dos; SALGADO, Marco A. de. S; ARAÚJO, F. F. S. **Dez Anos de História: Avanços e Desafios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. In. MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio F. S. (Orgs.). Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem Quanti- Qualitativa: Superação da Dicotomia Quantitativa-Qualitativa na Pesquisa em Educação**. **Educação e Filosofia**, [s.l.], v. 31, n. 61, p.21-44, 30 abr. 2017. EDUFU.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; MELO, W. S.; LOPES, J. F. R. **Da Participação à Cidadania Deliberativa: os Processos Decisórios participativos na Implementação das Políticas Públicas na Região Noroeste Colonial Gaúcho**. In: Encontro de Administração Pública e Governança, EnAPG. 2010.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. **Critérios para a Avaliação de Processos Decisórios Participativos Deliberativos na Implementação de Políticas Públicas**. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 2008, Salvador. Anais. Curitiba: ANPAD, 2008. CD-ROM.

TENÓRIO, F.G. **Gestão Social: uma perspectiva conceitual**. Revista de Administração Pública, .v.32,n.5,pg.7-23,set./out.1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme et al. **Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 259 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2019.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## ANEXO A - ESTRUTURA DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA**  
**Mestrado Profissional**



### DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO

(Planilha de apoio)

<b>1 – PERFIL/OCUPAÇÃO:</b>	
Nome: _____	
Sexo: _____	Idade: _____
Nome fictício: _____	Procedência: _____
Grau de escolaridade: _____	
Estado civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( ) união estável ( ) outros _____	
Comunidade: _____	
Reside com os pais? Sim ( ) Não ( )	
Tem filhos? ( ) Não ( ) Sim, quantos? _____	
Reside na RESEX a quanto tempo? _____	
<b>2 – COMPREENSÃO DE VIDA DO ENTREVISTADO (SE POSSÍVEL GRAVAR)</b>	
<b>a) Trajetória Pessoal e familiar</b> (entender a história de vida antes e depois da RESEX, saber a experiência de trabalho, funções, engajamento social e perspectiva enquanto morador da área).	
<b>b) Perspectiva enquanto morador da RESEX</b> (relações com os moradores, conflitos na RESEX, venda de terras, produção familiar e agrícola, etc).	

## ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA**  
**Mestrado Profissional**



### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Quais as atividades (econômicas) desenvolvidas pela família? Observar qual o (s) sistema (s) de produção, criação, etc.
2. Você acha que com a criação e demarcação da área da Reserva houve mudanças significativas para as comunidades e os moradores? (se sim) Quais?
3. Como você avalia as ações desenvolvidas pelo poder público? Existe participação e aceitação dos moradores da comunidade? As ações dos órgãos públicos (federal, estadual e municipal) tem relação com a realidade da sua comunidade? Proporciona algum tipo de aprendizado ou benfeitoria?
4. Quais os problemas enfrentados pelos moradores no sentido de terem suas terras consideradas de uso comum e ao mesmo tempo serem supervisionadas pelo governo em relação a proteção da área?
5. Quais ações você considera que seja importante para que as comunidades e o poder público devem realizar para diminuir os impasses e os problemas oriundos da reserva (caso exista)?
6. Você já ouviu falar em Plano de Manejo? (se sim) Você considera que o plano de manejo seja capaz de auxiliar os moradores na execução de suas atividades agrícolas, criação de animais, caça e pesca, etc?
7. Como você vê a organização das comunidades da RESEX na atuação da gestão do espaço em vista os problemas que surgem dos moradores da reserva?
8. Como você caracteriza o perfil dos moradores e das comunidades da Reserva (Que atividade praticam, possuem boas relações comunitárias, são engajadas social e politicamente, possuem representatividade dentro e fora da reserva, qual os seu modos de produção (ex: agricultores, extrativistas, pescadores, etc)?

## ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional, do Programa de Pós-Graduação Em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – NUMA/ UFPA. Estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é analisar como ocorre a Gestão Ambiental na RESEX Ipaú-Anilzinho no Município De Baião/PA para construir mecanismo que auxiliem na reflexão de ações de desenvolvimento local das comunidades da área de uso sustentável.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de trinta minutos, que poderá se estender caso não haja nenhuma objeção de sua parte.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo telefone (91) 996159055 e também no contato de e-mail: saramosbaiao@gmail.com.

Atenciosamente.

---

**Sara Francisca Corrêa Dias Ramos**  
CPF: 826.872.002-63

---

**Local e Data**

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

---

**Assinatura do Participante**

Fone: ( ) \_\_\_\_\_

---

**Local e Data**

E-mail: \_\_\_\_\_

## ANEXO D- AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA A ATIVIDADE CIENTÍFICA NA RESEX



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 63836-2	Data da Emissão: 11/10/2019 11:18:33	Data da Revalidação*: 28/07/2019
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: Sara Francisca Corrêa Dias Ramos	CPF: 826.872.002-63
Título do Projeto: Gestão Ambiental: Limites e Contradições para o Desenvolvimento da Resex Ipaú- Anilzinho.	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

#### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Realizar entrevistas e coletar informações para construção do produto final da pesquisa.	11/2019	03/2020
2	Pesquisa no locus / Reserva Ipaú Anilzinho	06/2018	06/2019

#### Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade e fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando de violação de legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falta descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/gen">www.mma.gov.br/gen</a> .

#### Outras ressalvas

1	Entrar em contato com o chefe da Resex Ipaú Anilzinho antes de entrar na Unidade de Conservação. rodrigo.figueiredo@icmbio.gov.br	CR 4 Belém-PA
---	--	---------------

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 0638360220191011

Página 1/3